

## SIMPÓSIO 57

### SISTEMATIZAÇÃO LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS

O contato entre os povos, as misturas das línguas e a modificação dos sistemas linguísticos, assim como a emergência de sistemas linguísticos novos, a partir das línguas em contato, são fenômenos naturais e comuns em qualquer lugar e em qualquer época. Todavia, diferentes situações de contato imprimem características e ritmos específicos aos processos de definição dos novos sistemas linguísticos. A expansão portuguesa, com ocupação territorial sumária, levou à intensa difusão da língua portuguesa, acarretando uma ocupação linguística de territórios situados nos quatro continentes. Nesse contexto, o contato entre os povos promoveu a interação entre as línguas desses povos. O resultado dessa interação linguística foi uma profunda modificação da língua portuguesa e o surgimento de diferentes sistemas linguísticos, todos ancorados na língua portuguesa. Esses novos sistemas linguísticos vêm se firmando ao longo do tempo, apresentando instabilidades sistêmicas, tais como as variações de múltiplas ordens, as mudanças em progresso, dentre outras. Diante disso, pretendemos reunir pesquisadores interessados em discutir os processos de sistematização do português, situado nos distintos territórios, onde essa língua é usada, seja como idioma oficial seja como idioma extra-oficial. As discussões podem-se apoiar em qualquer um dos domínios de análise da linguagem, abordando o tema de forma comparativa ou interna, sob as perspectivas descritiva ou tipológica – diacrônica e sincrônica. Enfim, esperamos, com este tema, discutir resultados de pesquisas que versem sobre a formação e sistematização de novas línguas, a partir do português, em decorrência do processo das conquistas ultramarinas.

#### COORDENAÇÃO

**Tânia Ferreira Rezende**

Universidade Federal de Goiás

taferrez@hotmail.com

**Roland Schmidt-Riese**

Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt

roland.schmidt-riese@ku-eichstaett.de

**Mathias Arden**

Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt

mathias.arden@ku-eichstaett.de

## ANÁLISE SOCIOLINGÜÍSTICA DA ALTERNÂNCIA DOS PRONOMES TU E VOCÊ NO RECÔNCAVO BAIANO

Ludinalva S. do Amor DIVINO(UFBA)<sup>1063</sup>

**Resumo:** O estudo trata da variação das formas *tu/você* em Santo Antônio de Jesus\_Ba. Objetivamos identificar os fatores lingüísticos e sociais que determinam a seleção de uma ou de outra forma. O estudo foi realizado dentro dos pressupostos da sociolingüística variacionista descritos por Weinreich, Labov e Herzog (1968). Os *corpora* foram constituídos por: a) um questionário pré-elaborado com 22 questões de caráter objetivo e subjetivo aplicados com 18 informantes, o que denominamos de gravação não secreta; b) dez conversas informais sem controle dos fatores sociais: idade, sexo e escolaridade, obtidas de forma secreta.

**Palavras-chave :** Formas de Tratamento. Variedade Lingüística. Pronome. Sociolingüística.

### 1. Introdução

A forma de tratamento que um falante utiliza para dirigir-se ao seu interlocutor depende do tipo de relação estabelecida entre os falantes, do gênero destes e do contexto da situação conversacional, entre outros fatores.

Sabemos que as formas de tratamento: *você x tu* e *senhor x você* co-ocorrem no português do Brasil. Porém, as gramáticas tradicionais insistem em incluir apenas o *tu* para a 2ª pessoa do singular no quadro de pronomes. Muitos gramáticos, todavia, já observam que esse pronome tem uma aplicação limitada e que no Brasil vem sendo substituído pela forma *você*.

Estudos mais recentes, como o de Monteiro (1994) e o de Ilari et alii (1996), ambos baseados em inquéritos do projeto NURC, consideram *você* a verdadeira forma pronominal de segunda pessoa no português do Brasil. Para estes últimos, o pronome *tu* só sobrevive no sul do país. Já, Silva Antônio (2003,p.179) chega a declarar que “há que ressaltar que no Brasil há dois pronomes que têm a mesma função: *tu e você*. Atualmente, predomina este último em quase todo o território brasileiro, pois o *tu* se restringe ao sul do país e a algumas regiões do Norte e Nordeste”.

A ideia de que o pronome *tu* foi suplantado pelo *você* na variedade brasileira do português, ainda encontra eco entre lingüistas e gramáticos. Porém, no desenvolvimento deste trabalho, veremos que este ponto de vista não reflete a realidade da variedade brasileira, especialmente nas relações íntimas dos santoantonienses.

O falante quando participa de um evento de fala, exerce sua capacidade de fazer as opções que darão sentido às suas interações. Ele fala para tentar aproximar-se de uma outra pessoa, para fazer um julgamento, para perguntar, informar, enfim, para atender infinitas necessidades. Portanto, objetivamos estudar o uso dos pronomes *tu* e *você* no português falado na cidade de Santo Antônio de Jesus e depreender quais os fatores lingüísticos e sociais que estão em jogo no processo de escolha do falante. São analisadas amostras de fala de 18 informantes nascidos em Santo Antônio de Jesus e 10 conversas informais.

### 2. Fundamentação teórica

---

<sup>1063</sup> Mestre em Linguística pela UFBA. E-mail: lilidivino@hotmail.com. Salvador- Ba

A Sociolinguística surgiu no final da década de 60 como uma resposta aos modelos teóricos que consideravam a língua um sistema homogêneo e invariável, e à noção de língua que faz abstração da variação. Assim, a Sociolinguística Variacionista firmou seu lugar ao provar que a variação é inerente ao sistema linguístico.

Na década de 1960, Weinreich, Labov & Herzog (2006) manifestam interesse em inserir o componente social nos estudos linguísticos. A partir de então, Labov, principalmente, começa a desenvolver uma série de estudos sobre fala, almejando explicar e sistematizar a variação nas línguas. O estudo da língua, sob este ponto de vista, é feito a partir da língua em uso, de forma que as escolhas que o falante faz dependem não somente de fatores internos à estrutura linguística, como também de fatores relacionados à situação de uso. Por outro lado, estudos de cunho estruturalistas continuam se desenvolvendo concomitantemente com os estudos variacionistas.

O trabalho de William Labov em Martha's Vineyard foi um marco fundamental para a caracterização da Sociolinguística enquanto ciência dotada de método, cujo objetivo foi analisar um fenômeno de mudança linguística – fônica – em processo na fala de seus habitantes. A partir de então, Labov passou a desenvolver uma série de pesquisas empíricas baseadas na teoria que ficou conhecida como Sociolinguística Quantitativa ou Variacionista.

A teoria laboviana facilitou compreender que a variação linguística fônica é passível de sistematização, e que não é caótica, antes apresenta regularidades que não são devidas ao acaso. Mostrou que existe uma relação intrínseca e inseparável entre a língua e a sociedade, e a variação pode ser explicada por fatores internos e externos ao sistema. A língua passa a ser vista como um instrumento social de comunicação, sendo os atos linguísticos eminentemente sociais e pragmáticos, instrumentos para se estabelecer e manter o relacionamento entre indivíduos em sociedade.

Neste primeiro momento do surgimento da Sociolinguística Variacionista, as justificativas sobre as variações fonéticas recaíam com grande peso sobre os fatores externos, sociais, justamente na tentativa de se enfatizar a ligação da língua com a sociedade. Ao trabalhar com os aspectos fônicos da variação, Labov estabelece o conceito de regra variável, definida como duas ou mais formas distintas de se transmitir um mesmo conteúdo informativo.

As formas linguísticas em variação numa determinada comunidade são chamadas de variantes linguísticas. Estas são definidas como maneiras alternativas de se dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto. Assim, mesmo que sejam idênticas em seu valor referencial, as variantes podem se diferenciar quanto ao seu significado social ou estilístico. Dessa maneira, as formas de tratamento *tu* e *você* são formas distintas de se transmitir um mesmo conteúdo informativo, caracterizando-se, portanto, como variantes linguísticas.

As formas de tratamento *você* e *tu*, apesar de fazerem referência à segunda pessoa do discurso — portanto, assim, um mesmo valor referencial — não são variações de um mesmo item lexical, tampouco podemos afirmar que as duas são equivalentes semanticamente. “*Tu*” é tradicionalmente o pronome de segunda pessoa, enquanto a forma *você*, proveniente da forma nominal *Vossa Mercê*, sempre foi considerado um pronome de tratamento. Por outro lado, as formas *tu* e *você* são usadas em Santo Antônio de Jesus, ambas como referência à segunda pessoa do discurso, o que nos leva a tentar entender em que contextos ou em que situações comunicativas ocorrem.

### 3. Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa segue o modelo sociolinguístico de análise da variação linguística iniciado por Labov (1966) em seu estudo a respeito da estratificação social do inglês falado na cidade de Nova York. Segundo este autor, as técnicas desenvolvidas

neste seu estudo permitem reduzir a formalidade imposta pela entrevista face-a-face. Porém, este tipo de observação sistematizada gera alguns problemas. A presença do gravador e do próprio pesquisador, quase sempre, faz com que o informante perca um pouco da sua espontaneidade ou procure apresentar hipercorreção na fala, interferindo assim, na naturalidade da situação de comunicação. Esse é o problema que Labov chama de *paradoxo do observador*. O pesquisador deve mostrar-se interessado na comunidade em questão, apresentando um comportamento mais natural possível para que haja uma interação amigável e descontraída com seu informante, pois a pesquisa sociolinguística procura observar como as pessoas falam justamente quando elas não estão sendo sistematicamente observadas.

As faixas etárias estudadas foram: de 15 a 35 anos; de 36 a 55 anos e acima de 56 anos. A escolaridade dos informantes foi agrupada em: semi-analfabetos, ensino fundamental e ensino superior. Foram escolhidos 3 falantes para cada sexo com o mesmo grau de escolaridade, num total de 18 informantes

Devido à natureza do objeto de estudo, foi preciso recorrer à técnica da gravação secreta. Pela especificidade do contexto de ocorrência do *tu* na fala dos santoantonienses, mais do que minimizar o *paradoxo do observador* referido por Labov (1975), deveríamos tentar eliminar o pesquisador da situação interacional. Concordando com Paredes (2003), acreditamos que o método de coleta de dados mais eficaz para captar a variação *tu/você* nas falas da comunidade em estudo seria gravar conversas ocultas, em que os informantes conversam entre si e um deles porta o gravador. Portanto, as observações empíricas nos levaram a perceber que a variação *tu/você* em Santo Antônio de Jesus ocorre em contextos extremamente informais e, dessa forma, decidimos trabalhar com duas possibilidades:

- a) gravações secretas (conversas informais)
- b) gravações não-secretas (questionário)

As gravações secretas foram feitas em diversas situações do cotidiano e em diferentes lugares. Foram gravadas 16 conversas com duração máxima de até 80 minutos e mínima de 10 minutos, das quais foram utilizadas apenas 10. Obtivemos um total de 36 informantes em 10 conversas secretas. Não foi possível ter controle sobre a duração das gravações o que explica a variação de tempo que refletem. As conversas envolviam de três a seis pessoas. Os informantes não sabiam que a sua conversa estava sendo gravada, só depois da gravação feita é que mostrávamos aos informantes o material colhido e assim eles tiveram liberdade para autorizar ou não o seu uso.

As gravações não-secretas tiveram como apoio um questionário que fora dividido em duas partes: uma parte concernente às características individuais dos informantes, com informações objetivas: idade, sexo, profissão, tempo de moradia em Santo Antônio de Jesus, grau de instrução, tipo de leitura praticada, etc, e outra parte com 22 questões concernentes ao emprego das formas de tratamento em diversas situações.

#### 4. Considerações finais

Diferente do que imaginamos, os falantes santoantonienses, tendem a usar a forma *você* em detrimento do pronome *tu*. Por outro lado, em situações espontâneas, isto é, contextos conversacionais que envolvam um menor monitoramento entre os falantes, há um favorecimento da forma *tu*.

O sistema pronominal brasileiro vem sendo descrito por muitos pesquisadores que levam em consideração diversos fatores como sexo, faixa etária, registro, entre outros, e constatam que há uma grande instabilidade no sistema pronominal, com gradual desaparecimento de algumas formas e aparecimento de outras (MONTEIRO, 1991, p.58) o que vem acarretando em novas manifestações linguísticas e, portanto, numa reorganização, provavelmente, na simplificação do paradigma da conjugação verbal.

É muito comum a omissão do tratamento na posição de sujeito, usando-se à forma zero. Na nossa amostra as ocorrências com ausência de pronome, intitulada por alguns autores como *pronome zero*, foram consideráveis. Acreditamos que esse fenômeno ocorre no momento que o falante tem dificuldade em categorizar o interlocutor segundo idade e status.

É oportuno salientar que no nosso *corpus* encontramos algumas realizações do pronome *você* sendo deslocado, ou seja, este pronome deixou o campo familiar e íntimo para ser usado entre iguais, de superior para inferior e de inferior para superior, variando de acordo com a situação; a saber: pessoa subalterna se dirigindo ao patrão utilizando *você*; pessoa jovem se dirigindo ao prefeito utilizando *você*. Talvez um estudo mais profundo sobre a co-ocorrência das formas *você* e *senhor(a)* possa esclarecer essa variação.

Percebemos que a regra de concordância entre os pronomes *tu* e *você* e as respectivas formas possessivas (*seu, sua + você; teu, tua + tu*) é aplicada com certa sistematicidade, mesmo pelas pessoas menos escolarizadas.

A idéia de que o pronome *tu* foi suplantado pelo *você* na variedade brasileira do português, ainda encontra eco entre lingüistas e gramáticos. Porém, no desenvolvimento deste trabalho, vimos que este ponto de vista não reflete a realidade da variedade brasileira, especialmente nas relações íntimas dos santoantonienses.

As pesquisas sobre as formas de tratamento sempre estiveram ligados às questões exclusivamente sociais, seguindo hierarquias sociais e às relações de poder e solidariedade. No nosso estudo, observamos outros fatores ligados ao contexto do evento comunicativo e comprovamos que alguns fatores como monitoramento, relação entre os falantes, entre outros, se apresentaram como importantes.

Assim, em relação à alternância das formas de tratamento *tu* e *você*, não verificamos em nosso *corpus* nenhuma indicação de que estas sejam selecionadas em função do *status* ou dos papéis sociais, em todos os contextos analisados, que constituem situações informais e com participantes com grande grau de envolvimento e solidariedade.

### Referências Bibliográficas

BEZERRA, Maria Auxiliadora. Uso de “tu/você” em interações infantis. *Revista Letras*, PUCCAMP, Campinas, v. 1, n. 13, p. 96-118, dez. 1994.

BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. Formas de Tratamento e Estruturas Sociais. *Alfa*, São Paulo: FFCL de Marília, n. 18/19, p. 339-381, 1972-1973.

CINTRA, Luís F. Lindley. *Sobre Formas de Tratamento na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte/Coleção Horizonte 18.1972

CARDOSO, Suzana. Dialectologia: trilhas seguidas, caminhos a perseguir. *DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. São Paulo. V. 17, p. 25-44, 2001. Número especial.

COELHO, Maria do Socorro Vieira. *Uma abordagem variacionista do uso da forma “você” no norte de Minas*.1999.85 f.Dissertação (Mestrado em Lingüística).Universidade Federal de Minas Gerias, Belo Horizonte.1999.

DIAS, Edilene Patrícia. *O uso do tu no português brasileiro falado*. 2007.104 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Universidade de Brasília, Brasília.2007.

*Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* - Volume XXI. Rio de Janeiro, 1958. (Uma publicação do Instituto de Geografia e Estatística).

FARACO, Carlos Alberto. O tratamento do “você” em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*. Curitiba: Editora da UFPR, n. 13, p. 51-82, 1996.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO Suzana. *A Dialetoлогия no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos. *A concordância da 2ª pessoa: estudo sobre o uso de "tu" e "você" na linguagem escrita*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). 99 f. 1979. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ILARI, Rodolfo; FRANCHI, Carlos; NEVES, Maria. Helena. Moura. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise. In: CASTILHO, Ataliba; BASÍLIO, Margarida. (Org.) *Gramática do português falado*. Estudos Descritivos. vol. 4. Campinas: Editora da Unicamp. 1996. p. 79- 168.

LABOV, W. *The social stratification of english in New York city*. Washington, D.C. Center for Applied Linguistics, 1966.

LABOV, W. *Modelos sociolingüísticos*. Traducción y versión española de Júlio Borrego Nieto, Madrid: Cátedra, 1983.

LABOV, William. *Sociolinguistique*. Paris: dition de Minuit, 1972.

LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Social factors. Cambridge, Blackwell. 2001.

LOREGIAN, Loremi. *Concordância verbal com o pronome “tu” na fala do sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Lingüística). 1996. 122 f. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MODESTO, Artarxerxes Tiago Tácito. *Formas de tratamento no português brasileiro: a alternância “tu/você” na cidade de Santos-SP*. Dissertação (Mestrado em Letras). 141 f. 2006. Universidade de São Paulo, São Paulo.

MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes Pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1994. 272 p.

MOTA, Jacyra; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. (Org.) *Documentos 2: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006. p.15-26.

## ESCOLAS QUE CONTAM HISTÓRIAS: O PROCESSO DE NOMEAÇÃO NAS CIDADES HISTÓRICAS DE GOIÁS

Henrique Silva FERNANDES (UFG)<sup>1064</sup>  
Lorena Araújo de Oliveira BORGES (UFG)<sup>1065</sup>  
Tânia Ferreira REZENDE (UFG)<sup>1066</sup>

**Resumo:** O principal objetivo desse artigo é discutir de que forma os nomes das escolas estaduais de Aruanã, Pirenópolis e Cidade de Goiás contribuem para a constituição da identidade histórica dessas cidades. Para alcançarmos esse objetivo, realizamos o levantamento dos nomes das escolas estaduais dos municípios em questão no banco de dados da Secretaria de Estado da Educação e adotamos a metodologia que Dick (1996) propôs para a pesquisa antroponímica, que implica (i) a quantificação dos nomes e das taxonomias, analisando a maior ou menor frequência de classes ou itens lexicais; e (ii) o estudo dos nomes a partir de um enfoque etnolinguístico.

**Palavras-chave:** toponímia; escolas estaduais; etnolinguística

### 1. Introdução

A história de um local pode ser contada tanto pelos fatos e acontecimentos que marcaram uma determinada região quanto pelas impressões deixadas na memória de uma população. Nesse último caso, um estudo linguístico que tem ganhado grande destaque nos últimos tempos é a Onomástica, campo das ciências lexicais que se ocupa do estudo do nome próprio. Muito além de buscar a história de uma determinada nomenclatura, a Onomástica se propõe a relacionar os nomes a movimentos históricos e sociais mais amplos. Trata-se de um estudo que busca suporte em outros campos de saber para se concretizar, tendo um caráter inter e transdisciplinar. *“Quanto a esses relacionamentos inter e transdisciplinares, o estudioso precisa manter uma atitude epistemológica claramente aberta, já que a disciplina vive de conceitos, dados e teorias da história, geografia e da própria linguística”* (RAMOS; BASTOS, 2010: 87).

Uma vez que o ato de nomear é uma atividade exercida pelo homem desde o primórdio da humanidade, encontramos aqui um vasto campo de investigação. Atualmente, a Onomástica é dividida em dois ramos: a Toponímia – estudo dos nomes próprios atribuídos a lugares – e a Antroponímia – estudo dos nomes próprios atribuídos a seres humanos. A Toponímia ganha um caráter linguístico na medida em que se propõe a investigar a memória lexical de uma determinada região, levando em consideração desde a estrutura composicional dos nomes até o objetivo de compreender a constituição sociocultural de uma dada época ou comunidade.

Ao trabalhar com nomes de lugares de uma camada social, a investigação toponímica articula bases culturais e linguísticas de um povo, uma vez que, em uma perspectiva etnolinguística, “... o topônimo recebe influências dos estratos da linguagem falada, quais sejam as camadas

<sup>1064</sup> Graduando em Letras pela Universidade Federal de Goiás. Goiânia – GO. E-mail: fernandesletras@gmail.com

<sup>1065</sup> Pós-graduanda em Letras e Linguística e Pesquisadora da Capes. Universidade Federal de Goiás. Goiânia – GO. E-mail: lorena.aoborges@gmail.com

<sup>1066</sup> Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Goiânia – GO. E-mail: taniaferreirarezende@gmail.com

portuguesas, indígena (especialmente a de origem tupi) e a africana...” (DICK, 1996, p. 35). Verifica, pois, influências sofridas pelo topônimo de camadas étnicas existentes na localidade (PEREIRA, 2009: 25).

Com o objetivo de ordenar o estudo da toponímia brasileira, Dick (1996) elaborou um modelo taxionômico. São 27 taxes que apontam indícios sobre as crenças e práticas culturais dos povos, em diferentes épocas e espaços. Essas taxes podem ter sua natureza classificada como física ou antropocultural.

**a) Taxionomias de natureza física:** 1. Astrotopônimos: se referem aos corpos celestes. 2. Cardinotopônimos: referentes às posições geográficas. 3. Cromotopônimos: relativos à escala cromática. 4. Dimensiotopônimos: referentes às características dimensionais dos acidentes geográficos. 5. Fitotopônimos: originados de nomes de vegetais. 6. Geomorfotopônimos: referentes às formas topográficas, elevações ou depressões do terreno. 7. Hidrotopônimos: originados de acidentes hidrográficos. 8. Litotopônimos: originados de nomes de minerais e de nomes relativos à constituição do solo. 9. Meteorotopônimos: relativos a fenômenos atmosféricos. 10. Morfotopônimos: refletem o sentido de forma geométrica. 11. Zootopônimos: de índole animal.

**b) Taxionomias de natureza antropocultural:** 1. Animotopônimos: relativos à vida psíquica e à cultura espiritual. 2. Antropotopônimos: relativos aos nomes próprios individuais. 3. Axiotopônimos: se referem a títulos que acompanham os nomes próprios individuais. 4. Corotopônimos: relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. 5. Cronotopônimos: encerram indicadores cronológicos. 6. Ecotopônimos: fazem referência às habitações de um modo geral. 7. Ergotopônimos: relacionados aos elementos da cultura material. 8. Etnotopônimos: relativos aos elementos étnicos. 9. Dirrematotopônimos: construídos por meio de frases ou enunciados linguísticos. 10. Hierotopônimos: referentes aos nomes sagrados, às efemeridades religiosas, aos locais de culto. Apresenta duas subdivisões: a) hagiotopônimos: se referem aos santos e às santas do hagiológico romano; b) mitotopônimos: referentes às entidades mitológicas. 11. Historiotopônimos: se referem a movimentos de cunho histórico-social, aos seus membros ou ainda às datas correspondentes. 12. Hodotopônimos: relacionados às vias de comunicação. 13. Numerotopônimos: dizem respeito aos adjetivos numerais. 14. Poliotopônimos: constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. 15. Sociotopônimos: relacionados às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade. 16. Somatotopônimos: com relação metafórica às partes do corpo humano ou do animal.

A partir desse modelo, torna-se possível buscar não apenas a origem da significação e da motivação de um topônimo, mas traçar os aspectos históricos, políticos, socioeconômicos, lingüísticos e socioculturais que interferiram no processo de nomeação de um determinado lugar. Dessa forma, o léxico passa a ocupar um papel importante no resgate da história e da cultura de um grupo social.

Nesse trabalho, procuramos investigar os topônimos referentes às escolas estaduais dos municípios de Aruanã, Cidade de Goiás e Pirenópolis a partir de um enfoque etnolingüístico, que busca entender a relação que uma determinada língua estabelece com a visão de mundo de seus falantes (POTTIER, 1973). A partir dessa perspectiva, povos culturalmente distintos em suas realidades sociais, políticas e históricas possuem formas singulares de nomear os lugares. A escolha por essas cidades se deve à importância histórica que elas tiveram ao longo do século XIX.



A Cidade de Goiás foi fundada em 1727 por Bartolomeu Bueno da Silva sob o nome de Arraial de Sant'Anna. Em 1736 foi elevada à condição de vila administrativa com o nome de Vila Boa de Goyaz, “homenagem” à uma imaginária “tribo indígena”, denominada Goyá ou Goyaz, que habitava a região. Em 1748, virou capital da comarca de Goiás, posto que só veio a perder em 1935 para a recém-criada Goiânia. Durante quase dois séculos, a Cidade de Goiás foi o centro irradiador da vida política e cultural do Estado, o que lhe garantia um status que tenta preservar até os dias de hoje, enaltecendo as figuras que fizeram parte da história do município.

Assim como a Cidade de Goiás, Pirenópolis foi fundada em 1927, sendo um dos primeiros municípios do Estado. No começo, recebeu o nome de Minas de Nossa Senhora do Rosário Meia Ponte. No século XIX, a cidade era considerada um importante centro urbano e ocupava um papel importante na economia do Estado, especialmente devido à produção de algodão para a exportação.

Por fim, temos o município de Aruanã, transformado em porto do Estado em 1868, quando o general Couto de Magalhães implantou a navegação a vapor no Araguaia. Em 1875 foi fundada na região a Comarca do Araguaia, que logo evoluiu para distrito de Santa Leopoldina. O nome atual só veio em 1958, quando o município ganhou sua emancipação política. Aruanã tem toponímia de origem indígena e era tanto o nome de um peixe da região quanto de uma dança antiga praticada pelos índios Karajá.

Como podemos observar, os três municípios possuem um papel relevante na história de Goiás, especialmente no século XIX. Atenta a esse vínculo, essa pesquisa procura analisar de que maneira a importância histórica desses municípios durante a mesma época influenciou no processo de nomeação das escolas estaduais.

## 2. As escolas e seus nomes: apresentação do *corpus*

A fonte primária dos dados apresentados nesse artigo foi o site da Secretaria de Estado de Educação de Goiás. O acervo lexicotoponímico inventariado apontou a existência de 29 Escolas Estaduais nos municípios de Aruanã, Cidade de Goiás e Pirenópolis. A partir desse levantamento, seguimos a metodologia proposta por Dick (1996) para a constituição e análise do *corpus* da pesquisa antroponímica: (i) levantamento dos topônimos das escolas estaduais; (ii) quantificação dos nomes e das taxonomias, analisando a maior ou menor frequência de classes ou itens lexicais; (iii) estudo dos nomes a partir de um enfoque etnolinguístico.

De posse do *corpus*, os topônimos foram apresentados em três quadros com três colunas organizadas da seguinte maneira: (i) *topônimo* – nome oficial das escolas analisadas; (ii) *classificação taxionômica* – conforme o modelo apresentado por Dick (1996); (iii) *origem* das palavras.

Durante o processo de classificação, levou-se em consideração a taxionomia de todos os elementos que compõem os topônimos. Assim, em vez de considerar, por exemplo, Dom Cândido Penso como um axiotopônimo, preferiu-se classificá-lo como um axiotopônimo + antropotopônimo, já que foi a pessoa e o título de Cândido Penso que justificaram a escolha desse nome para a instituição. A partir dessa explanação, partimos para a análise e discussão dos dados.

### Quadro 1. Topônimos das Escolas Estaduais de Aruanã

Topônimos	Taxionomia	Origem
Escola Estadual Dom Cândido Penso	axiotopônimo + antropotopônimos	Portuguesa

Os dados apresentados indicam que há um predomínio dos antropotopônimos na cidade de Aruanã. Metade dos topônimos apresentados, entretanto, são constituídos por axiotopônimos + antropotopônimos. Quanto à origem dos nomes, constata-se a presença de um topônimo na língua Karajá, o que representa 50% das escolas analisadas.

**Quadro 2. Topônimos das Escolas Estaduais da Cidade de Goiás**

<b>Topônimos</b>	<b>Taxionomia</b>	<b>Origem</b>
<b>Centro de Educação e Convivência Juvenil</b> da Cidade de Goiás	sociotopônimos	Portuguesa
<b>Centro de Educação Profissional</b> de Goiás	sociotopônimos	Portuguesa
<b>Centro de Educação Profissionalizante</b> Cidade de Goiás	sociotopônimos	Portuguesa
Colégio Estadual <b>Cora Coralina</b>	antropotopônimos	Portuguesa
Colégio Estadual de Aplicação <b>Professor Manuel Caiado</b>	axiotopônimo + antropotopônimo	Portuguesa
Colégio Estadual <b>Dr Albion de Castro Curado</b>	axiotopônimo + antropotopônimo	Portuguesa
Colégio Estadual <b>Professor Alcide Jube</b>	axiotopônimo + antropotopônimo	Portuguesa
Colégio Estadual <b>Professor João Augusto Perillo</b>	axiotopônimo + antropotopônimo	Portuguesa
Colégio Estadual <b>Walter Engel</b>	antropotopônimos	Portuguesa
Escola de Artes Plásticas <b>Veiga Valle</b>	antropotopônimos	Portuguesa
Escola Estadual <b>Dom Abel</b>	axiotopônimo + antropotopônimo	Portuguesa
Escola Estadual <b>Família Agrícola</b> de Goiás	sociotopônimos	Portuguesa
Escola Estadual Jardim de Infância <b>Prof<sup>a</sup> Terezinha Viggiano Mendes</b>	axiotopônimo + antropotopônimo	Portuguesa
Escola Estadual <b>Mestre Nhola</b>	axiotopônimo + antropotopônimo	Portuguesa
Escola Estadual <b>Povoado São João</b>	sociotopônimos + hagiotopônimo	Portuguesa
Escola <b>Lar São José</b>	sociotopônimos + hagiotopônimo	Portuguesa
<b>Lyceu</b> de Goyaz	sociotopônimos	Portuguesa
<b>Núcleo de Tecnologia Educacional</b> da Cidade de Goiás	sociotopônimos	Portuguesa

A partir dos dados levantados sobre Cidade de Goiás, podemos constatar quatro maneiras distintas de se nomear as instituições de ensino: (i) por meio de topônimos que

privilegiam a localização da escola na Cidade de Goiás; (ii) por meio do vínculo entre axiotopônimo + antropotopônimo; (iii) por meio do vínculo entre sociotopônimo + axiotopônimo e/ou antropotopônimo; (iv) e por meio do vínculo entre sociotopônimo+hagiotopônimo.

### Quadro 3. Topônimos das Escolas Estaduais de Pirenópolis

Topônimos	Taxionomia	Origem
Colégio Estadual <b>Comendador Christóvam de Oliveira</b>	axiotopônimo + antropotopônimo	Portuguesa
Colégio Estadual <b>Jarbas Jayme</b>	antrotopotônimos	Portuguesa
Colégio Estadual <b>José Galdino</b>	antrotopotônimos	Portuguesa
Colégio Estadual <b>Senhor do Bonfim</b>	hagiotopônimo	Portuguesa
Escola Estadual <b>Benedita Cipriano Gomes</b>	antrotopotônimos	Portuguesa
Escola Estadual <b>Comendador Joaquim Alves</b>	axiotopônimo + antropotopônimo	Portuguesa
Escola Estadual <b>Diolino Rodrigues da Luz</b>	antrotopotônimos	Portuguesa
Escola Estadual <b>Professor Ermano da Conceição</b>	axiotopônimo + antropotopônimo	Portuguesa
Escola Estadual <b>Santo Agostinho</b>	hagiotopônimo	Portuguesa

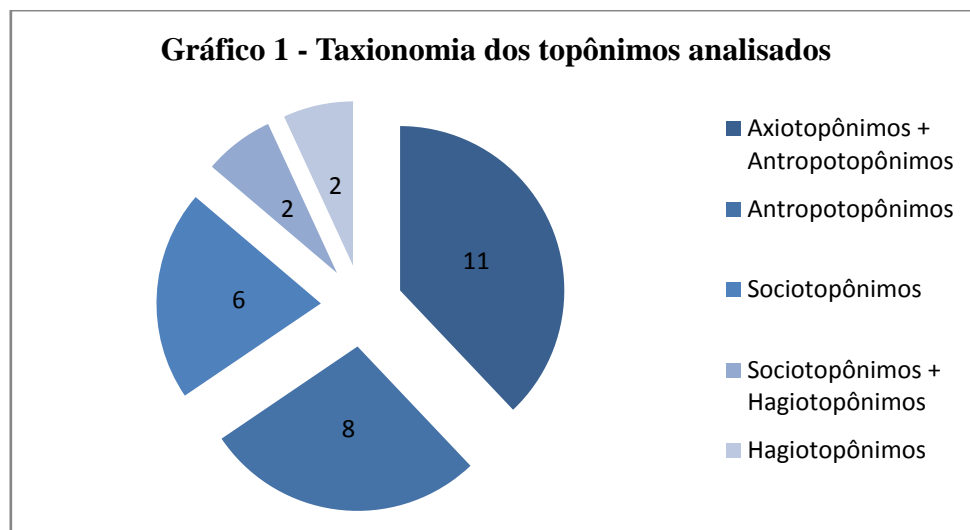
Em Pirenópolis, constata-se que a tendência geral é nomear as escolas com nomes de personalidades públicas locais. Quase 80% dos dados levantados (7/9) são antropotopônimos e metade desses é antecedida de axiotopônimos (3/7).

A partir dos dados apresentados, podemos depreender que a tendência da prática de nomeação das escolas estaduais em Goiás é homenagear personalidades locais. Mais da metade das escolas analisadas recebem o nome de pessoas (19/29).

### 3. Análise e discussão dos resultados

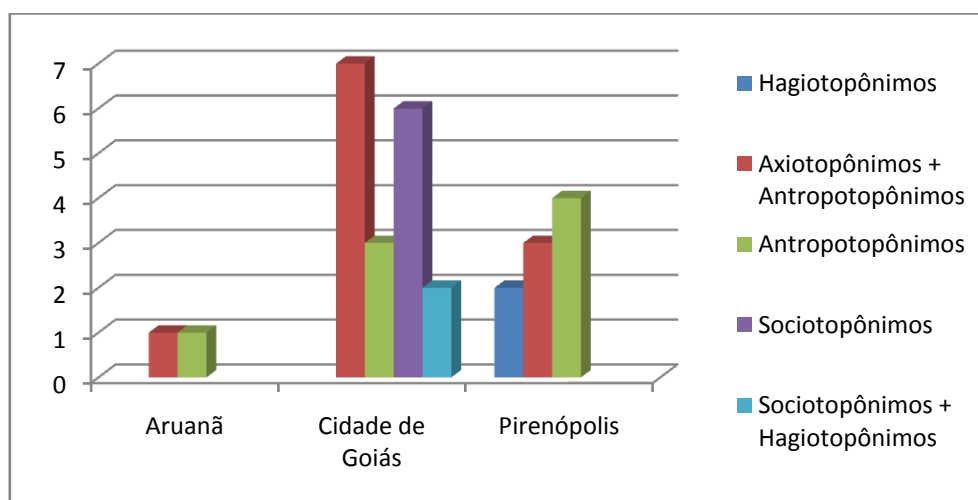
Os dados levantados durante essa pesquisa nos permitem analisar as características toponímicas das Escolas Estaduais dos municípios de Aruanã, Cidade de Goiás e Pirenópolis. Como apontado anteriormente, os topônimos podem ser classificados conforme a sua natureza: *física* ou *antropocultural*. Ao privilegiar uma dessas duas, o(s) nomeador(es) ou a comunidade de participação deixa antever características importantes relacionadas ao processo de nomeação.

Todos os 29 topônimos inventariados durante essa pesquisa podem ser classificados, de acordo com a taxionomia proposta por Dick (1996), como antropoculturais. Isso indica que no processo de nomeação das escolas estaduais a comunidade de participação não leva em consideração os elementos da natureza. A partir da análise dos dados, foram registrados ocorrências de quatro das 16 taxionominas de *natureza antropocultural*, ou seja, apenas um quarto do quadro de Dick é utilizado na nomeação das instituições de ensino dessas cidades.



Conforme podemos observar no gráfico 1, em Goiás a prática é dar nome de pessoas às escolas estaduais (19/29). A maior parte desses nomes (11/19) vem antecedida pelo título da personalidade, o que indica que o papel que elas representam perante a sociedade é tão importante quanto o nome em si. Como já foi apontado, o processo de nomeação reflete a realidade de uma determinada comunidade de participação. Assim, pode-se inferir que o predomínio de topônimos antropoculturais com ênfase em nomes próprios de indivíduos, acompanhados ou não de títulos, indica que há uma necessidade de se destacar figuras que foram representativas para a história desses municípios – ou das instituições educacionais dessas localidades.

Sob essa perspectiva, podemos apontar topônimos como Escola Estadual **Dom Cândido Penso** (Aruanã), Colégio Estadual **Dr Albion de Castro Curado** (Cidade de Goiás) e Colégio Estadual **Comendador Christóvam de Oliveira** (Pirenópolis). A presença de topônimos que remetem a figuras educacionais também deve ser destacada (4/29). São eles: Escola Estadual **Professor Ermano da Conceição** (Pirenópolis), Escola Estadual Jardim de Infância **Profª Terezinha Viggiano Mendes** (Goiás), Colégio Estadual de Aplicação **Professor Manuel Caiado** (Goiás) e Colégio Estadual **Professor Alcide Jube** (Goiás). Essa baixa incidência de topônimos que homenageiam a principal figura das instituições de ensino – o professor – indica a desvalorização do mesmo perante a sociedade.



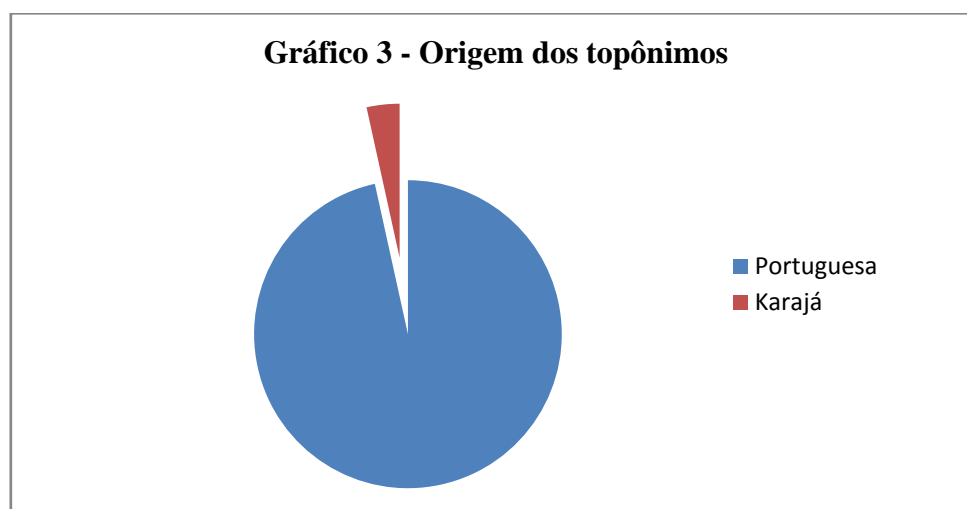
**Gráfico 2 – Taxionomia dos topônimos por município**

A análise das peculiaridades no processo de nomeação de cada um dos municípios estudados também elucida particularidades importantes do processo de nomeação de cada um deles. Na Cidade de Goiás, destacamos duas peculiaridades: 1) a importância dada a figuras representativas no cenário cultural regional; 2) o grande uso de sociotopônimos (8/18).

No primeiro caso, podemos destacar topônimos como Colégio Estadual **Cora Coralina** e Escola de Artes Plásticas **Veiga Valle** que homenageiam, respectivamente, uma escritora e um artista plástico. Tal escolha pode ser justificada pela necessidade de conclamar o município, capital do Estado até 1930, como a fonte irradiadora de cultura na região. Além disso, os artistas homenageados gozam de reconhecimento nacional e são ícones culturais da cidade.

Quanto aos sociotopônimos, podemos dividi-los em (i) aqueles em que predomina a localização da escola, caso de Lyceu **de Goiás**; (ii) aqueles que são sucedidos por um hagiotopônimo, como Escola Estadual **Povoado São João**. No primeiro caso, encontram-se opções meramente descritivas das atividades que são desenvolvidas nos ambientes em questão, com destaque para a localização dessas instituições na *Cidade de Goiás*. A alta incidência dos sociotopônimos reflete a necessidade de se apontar as diferentes opções de instituições de ensino que o município possui. No segundo caso, destaca-se a relação estabelecida entre o sociotopônimo e um hagiotopônimo, indicando a deferência de parte da comunidade de participação aos assuntos religiosos.

Em Pirenópolis, faz-se necessário destacar uma alta incidência maior dos hagiotopônimos (2/9), que representam 22% dos topônimos levantados. Se comparado aos outros municípios analisados, esse dado revela que a comunidade em questão dá uma importância maior ao aspecto religioso. Nesse sentido, constata-se topônimos como Colégio Estadual **Senhor do Bonfim** e Escola Estadual **Santo Agostinho**, que colocam em destaque importantes figuras do imaginário religioso, especialmente o católico. Esse dado é importante na medida em que deixa antever a religião que predomina nos processos de nomeação desse município e, portanto, possui mais poder e prestígio na região. E o último levantamento do censo no município apenas comprova a constatação, já que mais de 70% dos moradores são católicos apostólicos romanos.



Para finalizar, faz-se necessário destacar mais uma peculiaridade dos dados analisados, relativa à origem lingüística dos nomes. Enquanto a maior parte dos topônimos possui origem portuguesa, conforme se pode observar no gráfico 3, em Aruanã é possível constatar um topônimo de origem Karajá: Escola Estadual **Indígena Maurehi**. A instituição de ensino em questão está localizada dentro da aldeia e foi nomeada pelo povo Karajá, em homenagem a

uma liderança passada. Assim, mesmo que a língua Karajá esteja representada entre os topônimos das escolas estaduais da cidade, isso não indica que os demais moradores de Aruanã aceitam e incorporam a cultura indígena.

#### 4. Considerações finais

A partir da análise dos dados, podemos constatar que o estudo das práticas de nomeação permite antever fatos e tendências históricas dessas comunidades de participação. Mas, para muito além disso, ilumina a estratificação da sociedade local e a (não) participação de determinados grupos na “sociedade de prestígio” e nas suas esferas de participação social prestigiadas.

A noção de diversidade, tão disseminada discursivamente, não encontra lastro na sociedade e isso pode ser constatado a partir do estudo dos topônimos que constituem uma determinada região. Índios e negros são apagados do processo de nomeação das instituições de ensino estaduais como se não fizessem parte da história local. Os raros fragmentos dessa presença histórica que podem ser encontrados nos estudos toponímicos são resultados de políticas públicas forçadas goela abaixo ou de um silencioso movimento de resistência por parte dessas comunidades de prática, no sentido de, mesmo inconscientemente, fazerem emergir suas vozes.

#### Referências Bibliográficas

DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani. *Localidades de Criúva: os topônimos como memória lexical*. Cadernos CNLF, Vol. XV, n° 5, t.2. Rio de Janeiro, CiFEFiL, 2011.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e cultura*. Rev. Inst. Est. Bras., SP, 27: 93-101, 1987.

\_\_\_\_\_. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

PEREIRA, Renato Rodrigues. *A toponímia de Goiás: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do sul goiano*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2009.

POTTIER, Bernard. *Le language. Les dictionnaires du savoir moderne*. Paris : Denoel, 1973.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim; BASTOS, Gleyce Ramos. *Onomástica e possibilidades de releitura da história*. Revista Augustus, Ano 15, n° 30, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Evanaide Alves. *Estudo da toponímia de Tropas e Boiadas, de Hugo de Carvalho Ramos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.

## MORFEMA ZERO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE ANÁLISE

Carolina Gonçalves GONZALEZ (UnB)<sup>1067</sup>  
 Edite Consuêlo da Silva SANTOS (UnB)<sup>1068</sup>  
 Letícia da Cunha SILVA (UnB)<sup>1069</sup>  
 Magnolia de Souza LIRA (UnB)<sup>1070</sup>  
 Maria Felícia Romeiro Mota SILVA (UnB)<sup>1071</sup>

**Resumo:** O propósito deste artigo é realizar uma revisão da literatura sobre o morfema zero, sua caracterização no Português Brasileiro (PB), bem como os postulados teóricos que o sustentam, com base em Camara Jr. (2009, 2011); Lopes (2008); Mel'čuk (2001); Silva & Koch (1999); Zanotto (1986), entre outros<sup>1072</sup>. No PB, são frequentes os casos de morfema zero em flexão verbal (modo-tempo e número-pessoa) e em flexão nominal (número e gênero). Serão os dados do referido sistema linguístico que servirão de exemplo para ilustrar as correntes teóricas apresentadas nesta pesquisa.

**Palavras-chave:** Flexão. Morfema zero. Português Brasileiro.

### 1. Introdução

O morfema zero é um fenômeno linguístico relativamente comum, que ocorre em casos de flexão, no entanto, não é discutido pela gramática tradicional, embora seja amplamente discutido no estruturalismo. Segundo Silva & Koch (1999, p.23), o morfema zero “resulta da ausência de marca para expressar determinada categoria gramatical”; a sua função é cumprida pelo vazio (representado por  $\emptyset$ ) que é considerado significativo pelo sistema da língua. Assim, postula-se morfema zero quando há ausência do morfe<sup>1073</sup>, que só pode ser percebida em contraste com a presença de determinada forma.

Segundo Camara Jr (2011, p. 212), “o que caracteriza o morfema não é o significante, mas o significado a que se reporta.” Partindo do princípio acima, iremos encontrar, nas palavras das línguas naturais, estruturas cujo significante não é expresso, mas que possuem significado, denominadas morfema zero, sendo o *zero* referente à ausência de marca vocal que expresse o significado gramatical presente em determinada palavra. Por exemplo, quando o falante do português ouve a palavra *caneta*, logo sabe que essa palavra diz respeito a *uma* unidade, o que lhe permite dizer que a palavra está no *singular*. Se, por outro lado, ele ouve *canetas*, sabe que se trata de *ao menos duas* unidades, o que lhe dá a ideia de plural. A diferença entre as duas formas – *caneta* e *canetas* – é o morfema {-s}, responsável pela ideia de plural; quem é, então, o morfema responsável pela ideia de singular? É exatamente aí que se configura a presença do morfema zero.

<sup>1067</sup> Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. E-mail: tiacarolgonzalez@gmail.com.

<sup>1068</sup> Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. E-mail: editeconsuelo@gmail.com.

<sup>1069</sup> Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. E-mail: cunhasilva.leticia@gmail.com.

<sup>1070</sup> Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. E-mail: magnolia\_96@hotmail.com / lira227@yahoo.com.br.

<sup>1071</sup> Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. E-mail: clarafelicia@yahoo.com.br.

<sup>1072</sup> Pesquisa orientada pelo prof. Dr. Dionei Moreira Gomes.

<sup>1073</sup> Câmara Jr. (2011, p.211) define morfema como “elemento formal que se combina com o semantema constituindo um mecanismo gramatical por meio do qual o semantema passa a funcionar na comunicação linguística”. E caracteriza o morfe como a realização concreta do morfema, podendo um morfe representar vários morfemas.

## 2. Condições de existência do morfema zero e critérios para análise

São necessários alguns critérios que delimitem a presença de morfema zero, caso contrário, poderia se apontar zeros simplesmente na comparação de duas palavras quaisquer de uma língua, a fim de evitar uma classificação indiscriminada deste postulado.

### 2.1 As condições

São condições para uma delimitação plausível de morfema zero:

- a) **Expressividade:** Segundo Mel'čuk (2001), a marca de zero deve expressar algum conteúdo realmente presente na elocução, isto é, carregar uma informação útil.
- b) **Exclusividade:** a expressão não deve possuir um significante não zero ao qual o significado poderia ser atribuído de maneira natural e sistemática em algum nível de representação (MEL'ČUK, 2001).
- c) **Contraste:** A expressão admite, na posição correspondente, um contraste semântico entre a marca de zero e outra marca não zero, ou seja, deve apresentar valor distintivo (MEL'ČUK, 2001). Essa condição também é defendida por Silva e Koch (1999, p. 24), destacando que o zero só ocorre “quando o morfema lexical isolado assume uma significação gramatical em virtude da ausência do morfema que expressa significação oposta.” Como nos casos de: *professor* +  $\emptyset$  / *professor* + *a*; *mar* +  $\emptyset$  / *mar* + *es*. Lopes (2008) e Kehdi (1996) corroboram com os autores citados, e este ainda enfatiza que o espaço vazio opõe-se, obrigatoriamente, a um ou mais segmentos.
- d) **Obrigatoriedade:** Para Mel'čuk (2001), o significado é flexional, isto é, ele é um gramema ou uma combinação de gramemas. Em outras palavras, o zero deve pertencer a uma categoria morfológica obrigatória: um significado dessa categoria tem de estar expresso na posição dada (na derivação isso não é possível). Kehdi (1996) reafirma que a noção expressa pelo morfema zero deve ser inerente à categoria do vocábulo.

### 2.2 Raiz vazia? Morfema zero derivacional?

Monteiro (1986) afirma que alguns vocábulos podem ter raízes vazias como em  $\sqrt{\emptyset+o=o}$  /  $\sqrt{\emptyset+o+s=os}$ . Neste caso, o autor menciona o morfema vazio ou o  $\emptyset$ , dando a entender que o morfema vazio é sinônimo do morfema- $\emptyset$ . O mesmo autor defende que “um morfema derivacional deve ser interpretado com zero”, e mostra os exemplos “ $\sqrt{\text{flor}+/ej+/ar}$  /  $\sqrt{\text{flor}+/e+/ar}$  /  $\sqrt{\text{flor}+\emptyset+ar}$ ” (MONTEIRO 1986, p. 18 e 19). Ele explica que o morfema zero surge entre a raiz e a terminação para justificar a ausência de morfema neste ponto, já que os exemplos são de formas derivadas. Para Monteiro (1986, p. 19), “O morfema zero é, na realidade, um artifício para dar mais coerência à descrição da estrutura morfológica. [...] É possível desprezá-lo, desde que se apliquem procedimentos ou técnicas descritivas também coerentes.”

Já para Aronoff (1994), o morfema vazio não é dotado de significado, apenas de significante, tornando-o não significativo e não categórico como um morfema zero. Ele dá como exemplos as vogais temáticas do Latim em *amare* ‘amar’ e *audire* ‘ouvir’ (p. 45). Levando em conta a definição deste autor, se contrapusermos os dois tipos de morfemas, eles serão simetricamente opostos: o morfema zero possui significado sem significante e o morfema vazio possui “significante” sem significado.

Com exceção de Monteiro (1986), nenhum dos outros autores considera a existência do zero fora do campo flexional. Plungjan (p. 149, *apud* Mel'čuk, 2001, p. 1) defende que “Se você pode trabalhar sem um zero, você deve trabalhar sem um zero” e Mel'čuk (2001, p. 1) reforça essa ideia dizendo que “Um uso irrestrito de zeros retira deles qualquer teor positivo;



eles podem se transformar em uma espécie de tapa-buraco conveniente – zeros DE LINGUISTAS, em vez de serem signos linguísticos genuínos, isto é, zeros DA LÍNGUA” (grifo do autor).

### 3. Distinção de Morfema zero, Alomorfe zero (Morfema latente) e Morfema vazio

#### 3.1. Afinal, o que é o morfema zero?

Conforme Zanotto (1986, p.33), o morfema zero “é o resultado da ausência significativa de morfema”, como em: *menino+Ø/ menino+s*, *ave+Ø/ ave+s*, *belo+Ø/ belo+s*. Lopes (2008, p. 155) concorda com Zanotto (1986), afirmando que o morfema zero pode “ser produzido pela ausência manifesta de unidades representativas (fonemas) no plano da expressão”, sempre e desde que essa ausência possa ser relacionada com um significado particular quando contrastamos essa forma com outra que, sendo em tudo o mais igual a ela, no plano de expressão difira por um acréscimo mínimo no plano do significado. Assim, a forma *pat-a-s* possui o significado de plural, representado pelo significante {-s}, o qual não é possuído pela forma contrastada *pat-a-Ø* (o Ø corresponde à ausência significativa do elemento indicador de plural). Os conceitos de Silva & Koch (1999), Camara Jr. (2009) e Monteiro (1986) convergem com as noções de Zanotto (1986) e Lopes (2008).

No *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa*, de Camara Jr (2011, p.211), sobre morfema-Ø, lê-se: “a ausência de qualquer morfema aditivo” em que há a oposição “entre uma forma linguística só com o semantema e outra em que esse semantema é acompanhado de morfema aditivo.” Gleason (1961, p.80, *apud* Petter, 2005, p.68) enfatiza que o morfema zero ocorre somente quando não houver nenhum morfe evidente para o morfema, e Bybee (1985, *apud* Sgarbi & Campos, 2005, p. 1083) define o morfema zero como uma unidade semântica “que, aparentemente, não tem expressão na palavra.”

Sobre as definições de morfema zero, Mel’čuk (2001, p. 1) faz a seguinte reflexão:

Não existe, pelo que conheço, uma boa definição universalmente aceita do conceito de marca de zero linguístico: um conceito totalmente geral que desse conta de todas as possibilidades de marcas de zero e, ao mesmo tempo, fosse rigorosa e logicamente satisfatória.

#### 3.2. O morfema Ø nas formas invariáveis

Lopes (2008) esclarece a não existência de lexemas puros, ou seja, desprovidos de qualquer noção gramatical, em palavras invariáveis no plano da expressão; então, para o autor, *pires*, *lápiz*, *ônus*, possuem morfema zero de número, e por isso só se realizam em enunciados concretos onde são manifestadas as categorias de número singular ou plural. No contexto *os lápis se quebraram*, por exemplo, é possível perceber a categoria gramatical de número plural atribuída à forma *lápiz* por causa da marca de plural {-s} no artigo e da flexão do verbo. Kehdi (1993, p.25 *apud* Petter, 2005, p. 68) reafirma que o alomorfe zero é um dos alomorfes de plural em português; assim, tem-se /-s, -es, -is, -Ø/.

Kehdi (1996, p. 24-25) destaca a distinção entre morfema-Ø e alomorfe-Ø, conceituando este como sendo “a ausência de um traço formal significativo num determinado ponto da série”. Se, em português, os alomorfes de plural são {-s}, {-es}, {-is}, o substantivo *pires* possui o alomorfe zero de número singular/ plural; há ausência de traços formais tanto para definir o singular, quanto o plural. Veja: *o pires novo* (singular) / *os pires novos* (plural).

Silva & Koch (1999, p.24) apresentam o conceito de morfema latente ou alomorfe-Ø, e dizem que a ausência de marca para indicar a categoria é o ponto comum com o morfema-

Ø. Contudo, o morfema latente se distingue do zero por não trazer nenhum morfema gramatical próprio, indicativo de qualquer categoria, ou seja, “não traz em si mesmo o contraste entre as categorias gramaticais”. Os morfemas latentes se realizam como Ø, na qualidade de alomorfe, para designar alguns morfemas básicos de plural {-s} e de feminino {-a}. Essas significações categóricas revelam-se indiretamente no contexto. Em *o lápis caiu*, depreende-se que a forma *lápis* possui morfema latente de número singular por conta do artigo e do verbo (que estão no singular) e, seguindo a regra de concordância, conclui-se que esse substantivo também se encontra no singular; já em *os lápis caíram*, o morfema latente é identificado com a noção de número plural, haja vista o artigo e o verbo encontrarem-se no plural. Aronoff & Fudeman (2005) dizem que o alomorfe-Ø pode ser uma das realizações de um morfema. A palavra *fish*, na língua inglesa, possui alomorfe-Ø de plural (*one fish, two fish*) porque a forma usual de plural é [z], haja vista outras palavras do inglês terem marca não-zero de plural (*one frog, two frogs*).

Contrariando as duas linhas apresentadas, temos a explicação de Mel’čuk (2001, p. 10) sobre a forma do inglês *sheep*:

A palavra *sheep*, como em *The sheep are grazing...*, como mostra a concordância do verbo, está no plural, [e] não inclui um sufixo de plural zero \*Ø<sub>PL</sub>, porque esse \*Ø<sub>PL</sub> não contrasta com um sufixo não zero: o substantivo *sheep* é invariável. A palavra *sheep* deve ser caracterizada no léxico como tanto singular quanto plural, isto é, nós concordamos aqui com dois signos diferentes.

Mel’čuk (2001) defende, então, que formas invariáveis como *sheep*, lápis e pires são megamorfes, ou seja, que cada uma dessas palavras compreende, simultaneamente, dois morfemas, sendo um no singular e outro no plural.

### 3.3. O morfema vazio

Sgarbi & Campos (2005) definem também o morfema vazio, dizendo que esse morfema pode ser parte de palavra “que parece não ter correspondente semântico”; em resumo, é um morfema sem significado. A vogal temática {-a-} do verbo *amar* é um exemplo de morfema vazio porque não possui nenhum significado se analisada sozinha; é necessário juntar-se à raiz {am-} e à terminação {-r} do infinitivo.

Conforme Aronoff (1994), o morfema vazio é equivalente à função morfêmica das nove formas da terceira declinação do latim - baseadas no significado básico do verbo -, a qual ocorre em ambiente morfológico específico e não contribui significativamente para a semântica; ou seja, a forma é independente de significado. A vogal temática {-i-} da forma verbal latina *ēsurire* ‘estar com fome’ é apenas um marcador do limite da palavra. Por si mesma, ela é vazia de significado; seu uso é puramente morfofonológico, ou seja, determina a conjugação do radical verbal.

## 4. Morfema zero no Português Brasileiro

### 4.1. Morfema zero no gênero dos nomes masculinos

Se desconsiderarmos a hipótese de que {-o} indica masculino - Kehdi (1996) - e aceitarmos a hipótese de Camara Jr (1981) de que no português não há visivelmente uma forma única em oposição ao morfe aditivo {-a} para feminino, teremos morfe zero Ø.

A hipótese de Kehdi (1996) fundamenta-se numa perspectiva de que o falante ao flexionar os nomes no masculino utiliza instintivamente {-o} frente a {-a} como em: (1)Menino/ Menina; (2)Médico/ Médica; (3)\*Coiso/Coisa. À primeira vista, essa parece ser uma solução óbvia no caso da flexão de masculino nos nomes. No entanto, se analisamos um leque bem mais amplo de palavras masculinas, percebemos que, não raro, {-o} não ocorre: (4)Mestre/mestra; (5)guri/guria; (6)professor/professora; (7)bacharel/bacharela – além das ocorrências em que a permuta entre {-o} e {-a} não indica flexão, uma vez que o referente é distinto: (8)barco/barca; (9)jarro/jarra – e quando a própria palavra masculina apresenta {-a} final: (10)telefonema; (11)esquema; (12)telegrama.

Dessa forma, constatamos realmente {-a} como forma comum ao feminino; porém, para o masculino, teríamos que postular várias formas possíveis e concorrentes. Diante disso, parece-nos mais coerente a perspectiva de Camara Jr (2009) ao considerar {-o} vogal temática em (1); (2); (3); (8); (9), assim como {-e} e {-i} em (4) e (5), respectivamente. Portanto, a única marca comum (regular, atinge toda a classe) aos casos de masculino supracitados em contraste com {-a} é a ausência de marca, ou seja, morfe Ø.

#### 4.2. Morfema zero no singular dos nomes

No PB, verifica-se a ausência significativa, a que chamamos morfe zero, também no singular dos nomes em oposição à forma padrão de plural {-s} e seus alomorfes: {-s} após vogal e ditongo (casas, café, pais); {-es} após r, z e s (cores, raízes, gases); e por fim, {-is} após l (pardais, hotéis, faróis, funis).

No entanto, alguns nomes terminados em {-s} são invariáveis (no plano da expressão) para singular e plural, como lápis, tênis, pires. Nestes casos, não há uma expressão fonêmica concreta indicativa de plural para contrastar com a ausência no singular; enfraquecendo a hipótese de morfe Ø na sua essência; pois teríamos duas formas idênticas com significados dicotômicos: Ø para singular e plural. Sobre essa questão, reiteramos o posicionamento de Mel'čuk (2001) sobre megamorfe, na medida em que se apresenta como um postulado de uma categoria externa ao vocábulo que se revela exclusivamente na enunciação.

#### 4.3. Morfema zero na flexão verbal de número-pessoa

Quanto à desinência número-pessoa no Português Padrão, pode-se postular a presença de morfe zero para indicar a 1ª pessoa do singular frente à 1ª do plural {-mos}; e a 3ª pessoa do singular frente a 3ª do plural {-m}, como podemos observar na tabela abaixo:

<b>Tempo-modo-aspecto</b>	<b>1ª pes. do singular/ 1ª pes. do plural</b>	<b>3ª pes. do singular/ 3ª pes. do plural</b>
<b>Presente do indicativo</b>	Cant -o/ canta -mos Perc -o/ perde -mos Fir -o/ feri -mos	Canta -Ø/ canta -m Perde -Ø/ perde -m Fere -Ø/ fere -m
<b>Pretérito mais-que-perfeito do indicativo</b>	Cantara -Ø/ cantára -mos Perdera -Ø/ perdêra -mos Ferira -Ø/ feríra -mos	Cantara -Ø/ cantara -m Perdera -Ø/ Perdera -m Ferira -Ø/ ferira -m
<b>Pretérito imperfeito do indicativo</b>	Cantava -Ø/ cantáva -mos Pedia -Ø/ perdía -mos Feria -Ø/ fería -mos	Cantava -Ø/ cantava -m Perdia -Ø/ perdía -m Feria -Ø/ ferira -m
<b>Futuro do pretérito do indicativo</b>	Cantaria -Ø/ cantaria -mos Perderia -Ø/ perderia -mos Feriria -Ø/ feriria -mos	Cantaria -Ø/ cantaria -m Perderia -Ø/ perderia -m Feriria -Ø/ feriria -m
<b>Presente do subjuntivo</b>	Cante -Ø/ cante -mos Perca -Ø/ perca -mos Fira -Ø/ fira -mos	Cante -Ø/ cante -m Perca -Ø/ perca -m Fira -Ø/ fira -m

<b>Pretérito imperfeito do subjuntivo</b>	Cantasse -Ø/ cantasse -mos Perdesse -Ø/ perdesse -mos Ferisse -Ø/ ferisse -mos	Cantasse -Ø/ cantasse -m Perdesse -Ø/ perdesse -m Ferisse -Ø/ ferisse -m
<b>Futuro do subjuntivo</b>	Cantar -Ø/ cantar -mos Perder -Ø/ perder -mos Ferir -Ø/ ferir -mos	Cantar -Ø/ cantar -e -m Perder -Ø/ perder -e -m Ferir -Ø/ ferir -e -m {-e}: Vogal de ligação

Quadro 1 – Ø indica 1ª e 3ª pessoas do singular, respectivamente.

Note-se que {-e} na 3ª pessoa do plural do futuro do subjuntivo é vogal de ligação a fim de ajustar o padrão silábico do português. Além disso, a 1ª pessoa do singular do presente do indicativo é marcada pela forma {-o}, funcionando como variante de Ø, ou seja, neste caso, podemos postular alomorfe zero.

No entanto, no PB falado ocorre uma variação dessas formas, conforme constatado por Sgarbi & Campos (2005, p. 4): “Embora as flexões verbais de número e pessoa sejam obrigatórias, observamos que na língua falada tais marcas ora são utilizadas, ora não [...] Pode-se dizer, portanto, que a flexão verbal encontra-se em processo de variação”.

Assim, é perceptível o apagamento das desinências número-pessoa em todo o paradigma da categoria na fala de adultos não escolarizados e até mesmo em situações informais de adultos escolarizados. Resultando no seguinte paradigma falado concorrente com o paradigma padrão:

<b>Presente do Indicativo</b>	
<b>Pessoa</b>	<b>Desinência</b>
1ª do singular	Cant -o
2ª do singular	Canta -s
3ª do singular	Canta -Ø
1ª do plural	Canta -mos
2ª do plural	Canta -is
3ª do plural	Canta -m

Quadro 2 – Desinência número-pessoa do Português Padrão

<b>Presente do Indicativo</b>	
<b>Pessoa</b>	<b>Desinência</b>
1ª do singular	Cant -o
2ª do singular	Canta
3ª do singular	Canta
1ª do plural	Canta
2ª do plural	Canta
3ª do plural	Canta

Quadro 3 – Desinência número-pessoa do Português Brasileiro Falado

Note-se que, com exceção da 1ª pessoa do singular, todas as formas não apresentam marca número-pessoal. Não é o caso de postular  $\emptyset$ , posto que o contraste ficaria desigual, de uma marca contra cinco. A 1ª pessoa do singular talvez seja a única a persistir por conta de sua importância discursiva perante as demais. Assim, Porém, ao optar pelo morfe  $\emptyset$ , o falante utiliza o critério da economia linguística, uma vez que as desinências são redundantes; mas tendem a marcar a pessoa através do pronome pessoal.

Segundo Bybee (1985, *apud* Sgarbi & Campos, 2005), o princípio da relevância explica o fenômeno de apagamento das desinências número-pessoa, pois um elemento relevante é tanto mais relevante quanto mais atingir a raiz verbal. Logo, a desinência NP por não afetar diretamente a raiz (refere-se a um significado externo à noção do próprio verbo) e por ser a mais distante da raiz, é menos relevante do que desinência Tempo-aspecto-modo (TAM), podendo ser suprimida.

#### 4.4. Morfema zero na flexão verbal de tempo-aspecto-modo

Na flexão de tempo-aspecto-modo (doravante TAM) o apagamento de tal desinência é mais raro, justificando-se pelo referido princípio da relevância, uma vez que é “mais relevante” marcar a noção de tempo e duratividade (aspecto) e modo tanto no português padrão quanto no português falado. Assim, o  $\emptyset$  é exclusivo do presente do indicativo, por isso é um caso legítimo de morfema zero, conforme é possível verificar no quadro a seguir:

<b>Tempo-modo-aspecto</b>	<b>1ª pessoa do plural</b>	<b>3ª Pessoa do singular</b>
Presente do indicativo	Cant -a - $\emptyset$ -mos	Cant-a - $\emptyset$ - $\emptyset$
Pretérito mais-que-perfeito do indicativo	Cant -á - <b>ra</b> -mos	Cant-a- <b>ra</b> - $\emptyset$
Pretérito imperfeito do indicativo	Cant -á - <b>va</b> -mos	Cant-a- <b>va</b> - $\emptyset$
Futuro do pretérito do indicativo	Cant -a - <b>ria</b> -mos	Cant-a- <b>ria</b> - $\emptyset$
Presente do subjuntivo	Cant - <b>e</b> (VT+ TAM) -mos	Cant - <b>e</b> (VT+ TAM) - $\emptyset$
Pretérito imperfeito do subjuntivo	Cant -á - <b>sse</b> -mos	Cant-a- <b>sse</b> - $\emptyset$
Futuro do subjuntivo	Cant -a - <b>r</b> -mos	Cant- a- <b>r</b> - $\emptyset$

Quadro 4 – Desinência de tempo-aspecto-modo no Português Brasileiro

#### 4.4 Morfema zero na vogal temática de verbos

Conforme Kehdi (1996, p.36): “Como é possível recuperar a vogal temática, devemos sempre postulá-la; sua ausência fica facilmente explicada pela ausência das regras fonológicas gerais no português.”.

Como vimos no Quadro 4, no presente do subjuntivo não há que se postular morfe  $\emptyset$  para vogal temática, pois a mesma forma acumula as funções de TAM e Vogal temática; o que ocorre é a alternância entre os alomorfes {-a} e {-e}. O mesmo ocorre no Quadro 5 com a alternância entre {-e} e {-a} no presente do subjuntivo. Porém, no caso do pretérito imperfeito do indicativo, ocorre elisão do e, em virtude da vogal átona que cai em contato com a vogal da desinência. Portanto, não há que se postular  $\emptyset$  para vogal temática.

<b>VOGAL TEMÁTICA {-e}</b>		
<b>Tempo-modo-aspecto</b>	<b>1ª pessoa do plural</b>	<b>3ª Pessoa do singular</b>
Presente do indicativo	Com - <b>e</b> - $\emptyset$ -mos	Com - <b>e</b> - $\emptyset$ - $\emptyset$
Pretérito mais-que-perfeito do indicativo	Com - <b>ê</b> -ra-mos	Com - <b>e</b> -ra - $\emptyset$

Pretérito imperfeito do indicativo	Com <b>-ía (VT+ TAM)</b> -mos	Com <b>-ía (VT+ TAM)</b> -Ø
Futuro do pretérito do indicativo	Com <b>-e -ría</b> -mos	Com <b>-e-ria</b> -Ø
Presente do subjuntivo	Com <b>-a (VT+ TAM)</b> -mos	Com <b>-a (VT+ TAM)</b> -Ø
Pretérito imperfeito do subjuntivo	Com <b>-ê -sse</b> -mos	Com <b>-ê-sse</b> -Ø
Futuro do subjuntivo	Com <b>-e -r</b> -mos	Com <b>-e -r</b> -Ø

Quadro 5 – Vogal temática {-a} nos verbos do Português Brasileiro

## 5. Considerações Finais

Conclui-se, a partir da proposta de revisão de bibliografia, que a definição de morfema zero é de grande importância, muito embora ainda seja confusa e difusa em teorias que, em muitos casos, não convergem.

Justificamos a necessidade de definição para podermos assumir o caráter de signo linguístico deste fenômeno. Mesmo que não haja a expressão de um significante, há a expressão de um significado, de uma ideia semântica e gramatical que necessita de categorização, ficando a cargo do conceito de morfema zero, pois, categorizar esse fenômeno. É uma categoria restrita às flexões nominais e verbais, não sendo aplicável à derivação para descrever o fenômeno.

Fazemos a ressalva de que o fenômeno do morfema zero é facilmente percebido tanto em formas escritas consideradas de prestígio da língua portuguesa do Brasil, quanto na forma falada não padrão, como é o caso da desinência número-pessoal (Quadro 3).

Retomando o conceito apresentado por Camara Jr (2011), podemos concluir que para ser morfema zero deve ser possível perceber a oposição entre duas formas, uma com morfema aditivo e a outra sem, pois trata-se de um signo sem significante, estando seu significado expresso na ausência e na comparação com um par opositivo, em que há um morfe aparente. Além de se tratar de uma ausência significativa de morfema aditivo, deve ser contrastivo em pares de palavras, extensivo a toda a classe de palavras (o que exclui a possibilidade de ocorrer em casos derivacionais) e expressivo, ou seja, uma ausência que guarda uma informação útil àquele que faz uso da língua. Assim, se todos esses critérios de análise forem atendidos, teremos o fenômeno do morfema zero, tornando este conceito bastante útil, ao contrário do que algumas abordagens possam sugerir.

Para finalizar, acreditamos que, sendo o morfema zero um postulado necessário, é mais adequado recategorizá-lo como morfe zero ou, nos termos de Mel'čuk (2001), não se trata de um signo zero. Sendo o morfe a representação concreta do morfema, que por sua vez é definido como unidade mínima dotada de significado, um conceito e uma unidade abstrata, seria mais razoável, então, considerar que em casos de morfema zero o que há é a ausência de uma representação de fenômeno que, mesmo não marcado, ocorre: há significado, mas não forma.

## Referências Bibliográficas

ARONOFF, Mark. *Morphology by itself: stems and inflectional classes*. USA – Massachusetts: The MIT Press, 1994.

ARONOFF, Mark; FUEDEMAN, Kirschen Anne. *What is Morphology?* USA: Blackwell Publishing, 2005.

CAMARA JR. Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática referente à Língua Portuguesa*. 38ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CAMARA JR. Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 42ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

KEHDI, Valter. *Morfemas do português*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

LOPES, EDWARD. *Fundamentos da Linguística Contemporânea*. 20 ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

MEL'ČUK, Igor M. *Zero Sign in Morphology*. Disponível em: <<http://www.illc.uva.nl/Tbilisi/Borjomi2001/Proceedings/Mel.pdf>> Acesso: 29/06/2012.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia Portuguesa*. Fortaleza: Edições: UFC-PROED, 1986.

PETTER, Margarida M. Taddoni. Morfologia. In: FIORIN, José Luiz ( org.) *Introdução à Linguística II: Princípios de análise*. São Paulo, Contexto, 2005.

SGARBI, Nara Maria Fiel de Quevedo; CAMPOS, Odette G.L.Altman de Souza. *O uso do morfema zero nas desinências número-pessoais na fala de adultos não escolarizados*. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2005/4publica-estudos-2005-pdfs/o-uso-do-morfema-zero-768.pdf?SQMSESSID=a38ffc79c82bcbe561e1c641326fd16c>> Acesso: 29/06/2012.

SILVA, Maria Cecília Pérez de Souza; KOCH, Ingedore Grunfel Villaça. *Linguística aplicada ao português: morfologia*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ZANOTTO, NORMELIO. *Estrutura Mórfrica da Língua Portuguesa*. Caxias do Sul: EDUCS, 1986.

## NA MARGEM DO FUTURO. A MODULAÇÃO DO PROXIMATIVO NO PORTUGUÊS

Sarah BÜRK (KUE)<sup>1071</sup>

**Resumo:** O objetivo da seguinte contribuição é descobrir e analisar, desde um ponto de vista onomasiológico, o material linguístico que denota a proximatividade de um evento em português europeu a base de um corpus oral semi-encenado. O conceito da proximatividade incorpora-se no conceito do futuro. Esta ligação manifesta-se também na polisémia das formas usadas para exprimir um ou outro conceito. Em este caso apenas o contexto (a semântica de sujeito e verbo, adjuntos temporais) fornecem a leitura intencionada. Por este motivo, o estudo não apenas analisará o uso e a codificação linguística do proximativo senão também a do futuro.

**Palavras-chave:** Proximativo. Futuro. Uso dos tempos verbais do futuro. Português falado.

### 1. Conceptualização. Futuridade e proximatividade

Os seres humanos são seres temporais.<sup>1072</sup> A faculdade da memória junto com a faculdade de poder gerar expectativas e probabilidades perante o futuro lhes dá a impressão de se encontrarem num perpétuo fluxo do tempo. Porém, o passado e o futuro se distinguem, e isso de maneira fundamental, em sua respectiva natureza fenomenológica. Enquanto que o passado existe em forma de memórias individuais e episódicas, o futuro é uma massa amorfa, imprevisível e em constante mutação. O futuro surge do presente e muda com ele. Embora, perante ele, devido à sua indeterminação empírica, não se poderem avançar certezas absolutas, estamos constantemente obrigados a formular projetos e expectativas, seja na nossa concepção individual como pessoa, seja na interação com os outros. Surgindo o futuro do presente, são as condições dele – tanto das pessoas que nele agem, suas intenções e estados atuais, como das disposições materiais e atmosféricas que o definem – que nos deixam tirar conclusões respeitante à presumida proximidade dos eventos esperados no futuro. Quanto mais fatores indicarem no momento presente a realização de um tal evento, tão mais certo nos parece que ele se realize e tão mais perto se apresenta o momento da realização do mesmo. Resulta de esta constante discrepância entre o criar expectativas e a concretização das mesmas um estado de suspense. Quanto mais iminente nos parece a realização de um evento ou estado esperado tão mais distinguível e visível este se mostra.

Em função de falantes e criadores do discurso podemos tomar em consideração esses parâmetros de certeza e proximidade no tempo real na codificação do futuro. Dispomos dos recursos linguísticos necessários para ligar a realização de um evento esperado no futuro ao momento da fala quando nos parecer a sua continuação, ou, em caso contrário, de ‘desligá-lo’ do mesmo. Codificar um evento futuro como ‘ligado’ ou ‘desligado’ do momento da enunciação *não* depende da distância temporal *real* entre a predição e a realização dele,

---

<sup>1071</sup> Estudante de pos-graduação em filologia românica da Universidade Católica de Eichstätt, Alemanha. E-mail: SarahBuerk@gmail.com.

Agradeço ao meu orientador de tese Prof. Dr. Roland Schmidt-Riese (KUE), Filipe Miguel da Silva Coelho (conselheiro extra-acadêmico), Karla Castanheira (estudante de pos-graduação da UFG Goiânia), aos participantes do colóquio linguístico da Universidade de Eichstätt, à Prof. Tânia Ferreira Rezende (UFG) e aos participantes do simpósio 57 do IV SIMELP na Faculdade de Letras da UFG os comentários respeitante a esta contribuição.

<sup>1072</sup> O seguinte apartado baseia-se em ISMAEL (2011, 2007, passim).



senão unicamente do ‘juízo’ do próprio falante respeitante a esta distância. Apresenta-o como continuação do presente, se considerar *cumpridas* (ou se ele achar mais propício ao seu objetivo comunicativo o considerar *cumpridas*) as condições necessárias para a realização de um evento no próprio momento da fala (SCHROTT, 2008, p. 303).

Em todo caso, quando localizamos um evento no futuro nos referimos a um *ponto no tempo* posterior à fala deixando à parte o *espaço temporal* a decorrer entre o momento da enunciação e a esperada realização dele. Deixando à parte esse eixo temporal que liga os dois momentos, não definimos uma margem máxima para a realização do evento. Mesmo se as condições para a realização dele forem cumpridas no momento da fala, se for, portanto, ‘ligado’ ao momento da enunciação, este pode ocorrer teoricamente a qualquer momento mais ou menos distante. Surgem, porém, determinadas circunstâncias que exigem por si mesmos (ou para com os quais os falantes insistem em) atribuir a um evento indicado já no presente a qualidade de estar prestes a iniciar, limitando, de este modo, a abrangência máxima de este evento. Na tipologia linguística esse conceito se chama ‘proximativo’ e se baseia em estudos sobre marcadores gramaticais proximativos em línguas africanas de HEINE 1994, KÖNIG 1993 e KUTEVA 1998. KÖNIG (1993, p. 314) define o proximativo como “*grenzbezogene Vorphase*”, ou seja, o ‘período imediatamente anterior a um evento’. HEINE (1994, p. 36) parte da mesma ideia descrevendo o proximativo como “a temporal phase located close to the initial boundary of the situation”, ou seja, ‘a fase de um evento que se situa na margem inicial do mesmo’. Segundo KUTEVA (1998b, p. 130) o proximativo atribui a um evento a qualidade de “being on the point of V-ing”, ou seja, de ‘estar ao ponto de ocorrer’.

O proximativo confina, portanto, os limites para a iniciação de um evento apresentado como ‘proximativo’ no momento da fala. Em comparação com o futuro, o proximativo está, portanto, semanticamente marcado. Realçando um encontro máximo entre o presente e o futuro, o proximativo visibiliza e encena, ao contrário do futuro, esse suspense antes mencionado que surge da constante criação de expectativas perante o futuro e o aguardar a realização delas. De este modo, o proximativo torna-se em recurso linguístico indispensável quando o realçar que um evento está prestes a iniciar e tem certa importância para os falantes. Vejam para maior claridade os seguintes exemplos do Tok Pisin de ROMAINE (1999, p. 327s.) em (1-2) e do Maa de KÖNIG (1993, p. 304) em (3).

- (1) *Win i laik die*  
wind PR want/PROX die  
‘The wind is about to die down.’
- (2) *Aae, sobled i laik lus*  
Oh, saw blade PR want/PROX loose  
‘Oh, the saw blade is going to detach itself.’
- (3) *K-á-niŋ-u ŋ-kεεya*  
k-1s-feel-PROX FEM-disease  
‘I’m getting sick’

Em (1-3) a intenção comunicativa do falante insiste respectivamente em informar o(s) interlocutor(es) de uma mudança de estado que se apresenta como iminente. Ao limitar o espaço de tempo entre o momento da fala e a esperada realização do evento a uma distância mínima o falante possibilita aos interlocutores reagir perante esta mudança de estado iminente. Em vista disto, o proximativo comunica informações mais além do ‘simples’ futuro. Vejamos na seguinte secção quais as realizações do proximativo e do futuro que desenvolveu o português europeu, e quais as diferenças entre elas.

## 2. Realização linguística. Proximatividade e Futuridade

Como temos visto no apartado anterior, o conceito da proximatividade insere-se no conceito da futuridade sendo o proximativo marcado para com o futuro. Este enquadramento semântico reflete-se também nas respectivas realizações linguísticas que são em grande parte as mesmas no futuro assim como no proximativo. Ou seja, a referência proximativa funciona maioritariamente à base dos mesmos esquemas básicos dos da referência futura. HEINE (1994, p. 44) nombra os seguintes esquemas básicos que servem para gerar um significado de proximativo:

- |               |                        |
|---------------|------------------------|
| (4) a. Motion | ‘X moves to/from Y’    |
| b. Volition   | ‘X wants Y’            |
| c. Possession | ‘X has Y’              |
| d. Location   | ‘X is near/close to Y’ |

Os esquemas mencionadas baixo (4a-c) correspondem aos esquemas analisados para codificar o futuro (HEINE 1993, p. 31). Somente (4d) pode promover uma leitura exclusivamente proximativa. Em português europeu contemporâneo encontramos para o futuro na perífrase *ir INF* uma actualização bem analisável de (4a), veja (5). O futuro morfológico baseia-se etimologicamente em (4c), veja (6). Além disso, o presente pode gerar um significado de futuro se for acompanhado de um adjunto adverbial temporal que desloca o evento em um momento posterior a fala, veja (7).

- (5) O Pedro *vai jantar* com a Maria esta noite  
 (6) *Viajarei* pelo mundo  
 (7) *Volto* do Brasil *amanhã*

Para o proximativo encontramos tanto (4a), igualmente na perífrase *ir INF*, veja (8), como (4d), veja (9). Acompanhado do adjunto adverbial temporal de proximativo ‘já’ também o presente pode gerar uma referência proximativa, veja (10).<sup>1073</sup>

- (8) *Vai escurecer*. É melhor voltarmos à casa.  
 (9) Cuidado. *Tá quase a cair* o copo.  
 (10) Vou só buscar dois copos. *Volto já*.

Embora (5-7) localizem um evento no futuro, distinguem-se fundamentalmente em seu respectivo valor semântico-pragmático. Na secção anterior, distinguimos entre um futuro ‘ligado’ ao momento da enunciação e um futuro ‘desligado’ do mesmo. O critério que elaborámos para esta diferenciação foi o ‘juízo’ do falante que decide entre apresentar um evento como ligado ao momento da fala por estarem cumpridas nele (pelo menos segundo a sua avaliação) as condições para a sua realização. Se relacionarmos agora essas implicações semântico-pragmáticas com as distintas construções de significado futuro em português, vemos que o uso delas está nítidamente caracterizado por seus respectivos valores semântico-pragmáticos.

- (11) *Amanhã chove* em Lisboa  
 (12) *Vai chover* amanhã em Lisboa  
 (13) *Choverá* amanhã em Lisboa.

<sup>1073</sup> PEREIRA (2010, p. 366) identifica igualmente o advérbio ‘já’ como marcador de proximativo.

Enquanto (11) e (12) parecem ser apenas distintas versões de um mesmo valor pragmático, o valor comunicado pelo futuro morfológico em (13) é de outra índole.<sup>1074</sup> (11-12) ligam o evento denotado ao momento da enunciação, apresentam as condições da sua realização como cumpridas e, portanto, sua realização como [+certa]. O futuro morfológico em (13), ao contrário, afasta o evento denotado do momento da enunciação colocando-o assim fora do espaço da certeza. De este modo, (11-12) significam predicções sobre o futuro, enquanto (13) comunica uma mera suposição. Esta distinção semântico-pragmática é também corroborada pelo facto da incompatibilidade do futuro morfológico com modeladores de certeza, veja (14a).

- (14) a. \*É um facto que *choverá* amanhã em Lisboa.  
 b. É um facto que *vai chover* amanhã em Lisboa.  
 c. É um facto que *chove* amanhã em Lisboa.

A impossibilidade de apresentar um evento codificado no futuro morfológico como certeza absoluta – restrição que não vale para o presente em função de futuro e a perífrase *ir INF* – ilustra que o futuro morfológico não serve para comunicar um futuro ligado ao momento da fala. Por este motivo, o futuro morfológico também não pode servir para denotar um evento proximativo que se ancora no momento da fala. A distribuição das formas de futuro no corpus analisado corrobora igualmente esta suposição. Vejamos os resultados da análise na seguinte secção.

### 3. Corpus. O futuro e o proximativo em oralidade semi-encenada

O corpus analisado constitui-se do total da série portuguesa *Odisséia* estreada no canal nacional RTP em Portugal em 2013, num total de aproximadamente 320 minutos televisivos.<sup>1075</sup> Graças ao formato semi-encenado da série, na qual o marco fictício se ve constantemente quebrado, esta presta-se bem para avançar um estudo sobre os valores comunicativos das formas de futuro e o uso das formas de proximativo. Uma vez que não são questões estilísticas que motivam o uso respectivo das concorrentes formas de futuro, senão que comunicam distintos valores semântico-pragmáticas, somente um corpus de oralidade, mesmo semi-encenada parece válido para tal propósito. O mesmo vale para a análise do proximativo tendo em conta que se insere no momento da *fala* e que surge dela. O estudo de corpus consiste, por tanto, em colectar e analisar tanto o total das ocorrências das distintas formas de futuro como o total das ocorrências das distintas formas de proximativo.

Forma	Total de ocorrências	Percentagem
presente	102	48%
<i>ir INF</i>	90	41%
futuro morfológico	24	11%

Quadro 1. Distribuição de formas de futuro

<sup>1074</sup> Veja para os seguintes exemplos MIRA MATEUS et al. 1983.

<sup>1075</sup> NOGUEIRA, Bruno & WADDINGTON, Gonçalo. *Odisséia*. Série de televisão da RTP2 (estréia 20.01.-09.03.2013). Disponível em: <http://www.rtp.pt/play/p1039/e105555/odisseia>. Acesso em: 11-15.05.2013.

As ocorrências das formas de futuro, resumidas no quadro 1, demonstram uma clara preferência pelo uso do presente e de *ir INF* quando se trata de denotar um evento futuro.<sup>1076</sup> O futuro morfológico só está presente em 11% das ocorrências. E ainda os números enganam uma vez que as ocorrências analisadas se restringem aos monólogos expositórios e aos épilogos que iniciam ou encerram alguns episódios da série. O estilo de estas partes faz claramente alusão ao modelo literário da obra, a *Odisséia* de Homero, e imita, portanto, uma tradição discursiva literária altamente marcada, veja (15). Nas partes orais da série – tal como é a ‘norma’ no português europeu falado – o futuro morfológico é praticamente inexistente quando se trata de denotar um evento futuro. É inclusive mínimo o seu uso para comunicar suposições, como em (13) na secção anterior. Embora seja verdade que na oralidade é mais frequente negociar eventos ligados ou ancorados no momento da interacção comunicativa e, mesmo se não forem, apresentá-los e, portanto, integrá-los como tais, não se pode concluir de esta inexistência do futuro morfológico que eventos desligados dela são completamente excluídos da fala em português europeu. Antes se tem de ter em consideração que o presente e *ir INF* estendem o seu uso para este campo ou que se desenvolvem noutras estratégias.

- (15) Canta, ó Deusa, a cólera funesta do Bruno que *causará* a sí próprio, aos seus, sofrimentos sem conta e que se *precipitará* para o além. (Episódio 1 “Não te atrevas, ó Musa ...”, 20.01.2013)
- (16) É, nós *vamos aproveitar* para tirar dois dias de férias. (Ep. 1)
- (17) Deixa estar. Eu *arrumo* isso *amanhã*. (Ep. 1)

Quanto ao uso das formas de proximativo as ocorrências são mínimas, um total de apenas 27 ocorrências, como se desprende do quadro 2. Não obstante, esta pouca quantia de material linguístico se deve ao alto efeito pragmático do proximativo e o suspense intrigante que realça e cria. Recordamos que se aplica apenas quando for explicitamente questão de realça que um evento está prestes a acontecer para incitar ou possibilitar uma reacção do interlocutor perante ele.

Forma	Total de ocorrências	Percentagem
presente + <i>já</i>	12	44%
<i>ir INF</i>	5	19%
estar (quase) a <i>INF</i>	10	37%

Quadro 2. Distribuição de formas de proximativo

Segundo ilustra o quadro 2, o proximativo se realiza ‘maioritariamente’ com o *presente + já* e a perífrase *estar (quase) a INF*. Quanto ao uso do *presente + já*, se tem de precisar que ocorre unicamente com a primeira pessoa do singular<sup>1077</sup> e basicamente só com verbos de movimento, veja (18) e (19).

- (18) Eu *vou já* para aí então. (Ep. 1)
- (19) Olha, eu *já te ligo*. Estou a gravar. Até já, até já. (Ep. 5 “... Só temo o que lá vou encontrar e depois de lá não poder voltar”, 16.02.2013)

<sup>1076</sup> O presente com valor de futuro aplica-se em quase a metade das ocorrências (43/102) com verbos de movimento como *ir*, *voltar*, etc. Essa preferência se deverá provavelmente ao facto do português europeu não aceitar o uso do verbo *ir* em combinação com a perífrase *ir INF*. *Ir* apenas se pode inserir na construção *ir GER* como em *Vou indo* que tem assim mesmo um valor proximativo.

<sup>1077</sup> Embora seja pouco frequente a estrutura admite outras pessoas gramaticais, veja a gramaticalidade de *Volta já?* ou *Dizes-me já o que decidiste fazer esta noite?*.

Para uma descrição mais completa da construção proximativo *presente + já* deveriam-se analisar e classificar os contextos nos quais essa construção não comunica um valor proximativo senão mais bem um papel de modalizador como em “E acaba-se já o programa no próximo episódio” (Ep. 3, “Não foi por mal”, 03.02.2013) onde o valor proximativo não é predominante.

Além do *presente + já* foram encontradas ocorrências com a construção *estar quase a INF*, veja (20). Como em (20) o evento verbal do *estar quase a INF* é muitas vezes ímplicito de modo que o valor proximativo se concentra na fórmula *Tá quase*. Em duas ocasiões a construção *estar quase a INF* ocorre incluso sem o indicador adverbial proximativo ‘quase’, veja (21). A construção *estar a INF* chega para comunicar um valor proximativo quando for acompanhada de verbos [+télicos] e [-durativos] como o ‘chegar’ em (21) e ‘terminar’ em (22).

- (20) Pessoal, não mudem ainda que agora vem a parte melhor. *Tá quase [a vir]*. (Ep. 8, “Cinquenta mil, seiscentos e setenta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos”, 09.03.2013)  
 (21) Flávia, *estou a chegar*, tá bem. (Ep. 1)  
 (22) Já *estou a terminar* aqui. Falta pouco. (Ep. 1)

Enquanto a construção *estar quase a INF* é genuinamente e indubitavelmente proximativa, *ir INF* somente em determinados contextos adquire um valor proximativo. Vejamos na seguinte secção quais as condições disto mesmo.

#### 4. *Ir INF*. Futuro ou proximativo?

*Ir INF* não comunica o mesmo valor em (23) e (25) como em (24). Em (25) indica proximativo, em (23) chega a funcionar como proximativo graças à companhia do ‘já’. Em (24), ao contrário, a referência dele não é proximativo, mas futura. Por este motivo, poderia ir acompanhado de uma serie de advérbios que se referem a um momento posterior à fala.

- (23) *Vou já ver* isso  
 (24) *Vou ver* isso (agora / nesse momento / depois / amanhã)  
 (25) *Vai escurecer*

No corpus analisado o número de ocorrências de *ir INF* com valor de proximativo é muito baixo. Só foram encontradas 6 ocasiões. Embora as ocorrências do proximativo com *ir INF* sejam pouquíssimas, mostram características bem definidas no que diz respeito à capacidade de *ir INF* de gerar um valor proximativo com ou sem o apoio de ‘já’. Vejamos para o primeiro caso (26-28) e para o segundo (29-30).

- (26) *Vamos já comer*, depois *vamos levar* o mano ao ténis. (Ep. 1)  
 (27) É demais. *Vou já começar* a pesquisar [o papel]. (Ep. 7)  
 (28) [...] pronto que isto *já se vai perder* nas modas do tempo. (Ep. 4, “Antes dum gangbang eu só digo disparates”, 09.02.3013)  
 (29) Senhor Bruno, o espectáculo *vai começar*. (Ep. 2, “Harry Dean Stanton”, 27.01.2013)  
 (30) Mas o outro *vai cair* (Ep. 7)

Em (26) e (27) o proximativo se comunica unicamente pelo advérbio proximativo ‘já’. Em (28), ao contrário, a referência proximativa não depende meramente de ‘já’, como em (29-30) onde *ir INF* gera um valor proximativo sem apoio adverbial. Estas diferenças referenciais esclarecem-se se tivermos em conta a semântica do sujeito e do verbo das respectivas frases. ‘comer’ em (26) e ‘começar a pesquisar’ em (27) envolvem um sujeito [+volitivo] e

[+agentivo]. ‘Perder’ em (28) e ‘cair’ em (30), ao contrário, descrevem um evento verbal que implica [-volição] e [-agentividade] por parte do sujeito quanto à realização dele. Em (29) trata-se de um sujeito [-animado] e, portanto, naturalmente [-agentivo] e [-volicional].

Resulta que *ir INF* comunica um valor de proximativo sem apoio adverbial se o evento verbal envolve ou se combina com um sujeito [-volitivo] e [-agentivo], veja (28-30). Em caso contrário, gera um valor de futuro, como por exemplo em “Eh pá, eu *vou parar* um bocadinho” (Ep. 4) que só pode adquirir significado proximativo se for acompanhado do adverbio proximativo ‘já’, como na versão “Eh pá, *vou ja parar* um bocadinho”.

## 5. Considerações finais

O estudo mostrou que o português europeu dispõe de uma série de construções com valor de proximativo. Além da construção *estar quase a INF* cujo valor unicamente proximativo se baseia parcialmente no seu léxico, se analisaram as construções *ir INF* e *presente + já*, que comunicam um valor proximativo somente em determinados contextos. Para fornecer provas mais contundentes no que diz respeito aos contextos nos quais estas últimas construções funcionam como proximativo seria, em um próximo passo, necessário ampliar o corpus analisado. Uma ampliação do corpus possibilitaria assim mesmo matizar melhor o uso das diferentes construções proximativas e analisar possíveis diferenças pragmáticas entre elas.

## Referências Bibliográficas

- APONTE ALEQUÍN, Héctor & ORTIZ LÓPEZ, Luis A. Una perspectiva pragmática del presente progresivo con valor de futuro en el español del Caribe. In: BERGENOVA, Claudia et. al. *Selected proceedings of the 12th Hispanic Linguistics Symposium*, Somerville: Cascadilla Proceedings Project, 2010. 109-121.
- FERRARI, Lilian Vieira & ALONSO, Karen Sampaio Braga. Subjetividade e construções de futuro no português brasileiro. *Alfa* 53, 2009. 223-241.
- HEINE, Bernd. *Auxiliaries*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- HEINE, Bernd. On the genesis of aspect in African languages. The proximative. In: *Proceedings of the Twentieth Annual Meeting of Berkeley Linguistic Society*. 1994. 35-46.
- ISMAEL, Jennan. *The situated self*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- ISMAEL, Jennan. Temporal Experience. In: Callender, Craig. *The Oxford Handbook of Philosophy of Time*. Oxford: Oxford University Press, 2011. 460-482.
- KÖNIG, Christa. *Aspekt im Maa*. Köln: Institut für Afrikanistik, Universität zu Köln, 1993.
- KÖNIG, Christa. Der Proximativ: Neu und verwirrend?. In: Breu, Walter. *Probleme der Interaktion von Lexik und Aspekt*. Tübingen, Niemeyer, 2000. 141-157.
- KUTEVA, Tania. On the ‘diachronic stability’ of grammatical categories. In: *General Linguistics* 38, 1998.109-132.

KUTEVA, Tania. On identifying an evasive gram: Action narrowly averted. In: *Studies in language* 22, 1998. 113-160.

MIRA MATEUS, Maria Helena et. al. *Gramática da língua portuguesa. Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Lisboa: Almedina, 1983.

PEREIRA, Bruna Karla. A polivalência de 'lá': evidências para a teoria dos especificadores funcionais. *Estudos Linguísticos* 39, São Paulo, 2010. 354-369.

ROMAINE, Suzanne. The grammaticalization of the proximative in Tok Pisin. In: *Language* 75 (2), 1999. 322-346.

SCHROTT, Angela. Einzelaspekt: Tempus und Aspekt. In: Koolboom, Ingo et al. *Handbuch Französisch. Sprache, Literatur, Kultur, Gesellschaft*. Berlin: Schmidt, 2008. 300-304.

## O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA PLURICÊNTRICA: O CASO DE ÁFRICA

Benjamin MEISNITZER (LMU)<sup>1078</sup>

**Resumo:** O presente trabalho pretende refletir criticamente o conceito de pluricentrismo e, à luz deste, discutir a questão da “padronização” ou “normatização” do português em Angola e Moçambique, processo semelhante àquele que o português do Brasil está a sofrer, ainda que num estado mais prematuro. Pretende-se para tal, face à realidade sociolinguística e político-linguística, discutir a emergência de diassistemas próprios e definir algumas características da norma falada culta, que poderão vir a integrar as respetivas normas padrão, contribuindo, deste modo, para uma sistematização da língua portuguesa na sua diversidade variacional, identificando particularidades dos respetivos sistemas linguísticos.<sup>1079</sup>

**Palavras-chave:** Pluricentrismo. Sistema. Variedades. Padronização. África.

### 1. O conceito de pluricentrismo e critérios definidores

Para discutir o conceito de pluricentrismo, importa definir que a língua, ainda que não sendo um sistema constante e imutável, no sentido clássico do termo, apresenta um sistema estruturado subjacente, estando as línguas em constante progresso e mudança. Tais mudanças ocorrem em relação a uma norma padrão, que serve de base aos falantes para identificarem marcações diassistemáticas: diatópicas (variação no espaço), diastráticas (variação consoante o estrato ou grupo social) e diafásicas (variação estilística, consoante o contexto e os intervenientes na comunicação). A referência do padrão é fundamental, pois é diante deste que os falantes procedem às suas escolhas ao nível paradigmático da língua. A transposição territorial de uma língua pode levar a uma ruptura neste diassistema, dando origem a novas normas padrão para uma língua histórica. Esta situação verifica-se frequentemente em contextos de descolonização. Após a independência das antigas colónias e mediante a afirmação de novas identidades nacionais, o contato com a norma europeia da antiga metrópole colonial reduz-se, chegando mesmo a perder-se pouco a pouco, surgindo a necessidade de “(re-)padronizar” a própria língua, dando origem a “uma língua com duas gramáticas”. É o que observamos no caso do Brasil relativamente ao Português, onde, nos últimos anos, apesar de ainda carecer de uma gramática normativa de caráter prescritivo, têm vindo a surgir trabalhos importantes que procuram explicar e descrever a utilização da língua portuguesa no Brasil, sendo de salientar, sobretudo, a bastante recente *Nova Gramática do Português Brasileiro* de Ataliba de Castilho (2010) e a *Pequena Gramática do Português Brasileiro* de Ataliba de Castilho e Vanda Elias (2012)<sup>1080</sup>. Esta gramática é fruto da necessidade de reconhecer e descrever um sistema próprio do português falado no Brasil (PB), que deixou de tomar como ponto de referência o português europeu (PE) há algum tempo. Trata-se obviamente de um processo moroso e progressivo de consolidação, iniciado

<sup>1078</sup> Universidade Ludovico Maximiliano de Munique, Alemanha. E-mail: Benjamin.Meisnitzer@romanistik.uni-muenchen.de.

<sup>1079</sup> Quero agradecer ao DAAD – Deutscher Akademischer Austauschdienst a generosa concessão de uma bolsa que me permitiu participar na presente conferência de grande interesse para a abordagem e as reflexões sobre a questão do pluricentrismo e a sua operacionalidade, desenvolvidas por Mathias Arden (Universidade Católica de Eichstätt-Ingolstadt) e mim, sob diversas perspectivas e abordagens e focando diversos aspetos, desta complexa e controversa questão.

<sup>1080</sup> Com estas obras surgiu pela primeira vez uma obra compacta descritiva, com um fim didático-pedagógico, que foca o PB na sua forma falada e escrita.



na sequência da independência do Brasil em 1822. Hoje em dia seria erróneo contemplar o PB como uma variante diatópica do PE, pois o próprio PB revela um diassistema consolidado, que toma como ponto de referência o eixo Rio de Janeiro - São Paulo, começando um número crescente de particularidades da norma culta falada a repercutir-se na língua escrita, até mesmo em textos da máxima distância comunicativa no sentido de Koch & Oesterreicher (2007, pp. 25-35), como, por exemplo, textos jurídicos. Podemos chamar a este processo de mudança linguística, no qual variantes previamente marcadas diassistematicamente como ‘baixas’ e muitas vezes utilizadas exclusivamente na língua falada, sofrem um processo de “repadronização”, no sentido de Koch (2003), e perdem o seu caráter marcado, passando a integrar tradições discursivas orais e escritas com um elevado grau de formalidade, constituindo sucessivamente uma nova norma padrão. O padrão de uma língua histórica, neste caso o português, toma um rumo próprio na sua evolução, integrado num contexto cultural, social e geográfico distinto, desenvolvendo uma nova norma padrão própria (*normatização*) através da reorganização do respetivo diassistema. Deste modo, hoje em dia, não se verificam interferências do PE no PB (Pöll, 2012: 35s.) e apenas, um número muito limitado de influências do PB no PE, que se explicam pela grande difusão e pelas elevadas audiências das telenovelas da TV Globo em Portugal. Para entender este fenómeno basta atender à importância dos meios de comunicação social, enquanto fenómeno de massas, para a difusão da língua padrão, mas também para veicular inovações linguísticas (cf. Arden & Meisnitzer, 2013, pp. 33-36; Mateus & Cardeira, 2007, p. 39).

Os meios de comunicação social, por estarem em permanente contacto com uma parte muito significativa da comunidade linguística, são vistos como principal veículo de difusão da língua padrão. Pelo facto de a sua linguagem ser muitas vezes tomada como modelo de referência, é natural que condicionem ou incentivem certas tendências linguísticas dos falantes [...]

(Freitas & Ramilo & Arim, 2005, p. 33)

Determinado que o conceito de pluricentrismo aqui empregue, não se relaciona de modo algum com uma visão eurocêntrica e colonialista da diversidade linguística dentro da variação de uma língua histórica e partilhando da convicção bastante difundida de que o PE e o PB apresentam dois sistemas independentes da língua portuguesa, importa determinar os critérios que nos permitem definir uma língua, como sendo pluricêntrica, diferenciando este termo da noção de dialeto, que se refere a variedades sintópicas, isto é, a variedades diatópicas regionais marcadas, que tomam como ponto de referência a norma padrão, que nesse mesmo espaço geográfico é utilizada em contextos e situações comunicativas de um elevado grau formal. Em contrapartida, falamos de uma língua pluricêntrica<sup>1081</sup>, quando:

- 1) Existe mais do que um centro normativo, providenciando cada um uma variedade nacional, com normas codificadas próprias (Clyne, 1992, p. 4);
- 2) A língua dispõe de um centro urbano ou de um eixo de centros urbanos servindo de modelo linguístico, com uma política linguística por parte das entidades competentes, que permita o desenvolvimento e a consolidação de uma norma padrão (Bierbach, 2000, pp. 144-147);

---

<sup>1081</sup> Importa realçar que o pluricentrismo pode num nível estritamente linguístico ser definido pelas isoglossas dos fenómenos que caracterizam as respetivas normas padrão (Oesterreicher 2000). Contudo, o conceito é complexo e polifacetado (cf. Pöll 2012: 40), definindo-se em diversos níveis, sendo necessário tomar em consideração aspetos sociolinguísticos, nomeadamente, a atitude dos falantes face a essa norma, até porque a sua aceitação e o seu prestígio dependem da vontade respetiva comunidade e da política linguística (Bierbach 2000).

- 3) Essa norma padrão é neutral, servindo de ponto de referência para as marcações diassistemáticas, dentro do respetivo diassistema e para as diversas tradições discursivas, servindo de norma orientadora às tradições discursivas da domínio da máxima distância comunicativa, que se caracterizam por uma marcação diastrática e diafásica alta e uma marcação diatópica fraca (Oesterreicher, 2000). Essa norma é utilizada nas escolas e nos meios de comunicação social;
- 4) As respetivas normas padrão têm de dispor de instrumentos de codificação, tais como gramáticas, dicionários e prontuários ortográficos próprios. Além disso, a aceitação supra-regional, a difusão e a consequente consolidação da norma endógena tem de ter meios de comunicação de massas, que fomentem este processo e divulguem as mudanças linguísticas (cf. Arden & Meisnitzer, 2013);
- 5) Há uma consciência linguística e larga aceitação por parte das respetivas comunidades linguísticas da existência de uma norma endógena, caracterizada por um ‘distanciamento’ das outras variedades (Bierbach, 2000, p. 147);
- 6) E, para finalizar, tem de ocorrer a “nativização” do idioma, no caso de sociedades multilingues (Gonçalves, 2005, pp. 185-186).

Exceptuando o ponto (4), que ainda está em curso, todas as outras características são concretizadas pelo PB. Atendendo à morosidade do processo de consolidação de uma (nova) norma padrão endógena, importa distinguir diversas etapas neste processo de normatização, podendo a língua, em diversas regiões, encontrar-se em etapas distintas.

## 2. Etapas do processo de padronização de uma língua

O processo aqui designado de “padronização” da norma, não ocorre de modo algum de um momento para o outro, caracterizando-se por um processo demorado e envolto em controvérsias até emergir uma nova variedade padrão, com o seu diassistema. Deste modo, e tomando por base as observações e reflexões de Kachru (1986, pp. 90-91) para o inglês, podemos delimitar as seguintes etapas na consolidação do processo de normatização:

- 1) Surgimento de formas divergentes da norma padrão, que nesta etapa é exógena, no caso do português, a norma do PE, sem que os falantes inicialmente se apercebam destas particularidades, que emergem na língua falada e penetram progressivamente na linguagem escrita e frequentemente se elevam de formas diastrática- ou diafasicamente marcadas, perdendo o seu carácter marcado e assumindo uma forma neutral (cf. Koch & Oesterreicher, 2007, pp. 208-209);
- 2) Percepção das divergências relativamente à norma exógena vigente pelos falantes, que tendem ainda a ‘refugiar-se’ nesta e identificação das respetivas particularidades como sendo “utilizadas pelos outros” (ainda que esses mesmos falantes as utilizem);
- 3) Controvérsia entre os defensores da norma endógena e os adeptos da norma exógena, que resulta, em parte significativa, da „nativização“ da língua. Nesta terceira etapa, surge uma norma falada culta, que começa a estender-se às diversas tradições discursivas, cingindo a norma padrão cada vez mais ao domínio da máxima distância comunicativa, isto é, a contextos de um elevado grau de formalidade do discurso (textos jurídicos, sobretudo, leis).
- 4) Padronização de uma nova variedade com expansão da mesma a todos os domínios comunicativos, quer na língua falada, quer na língua escrita, e normatização desta nova norma emergente em dicionários, gramáticas e prontuários ortográficos.

Terminado este processo, passamos a dispor de duas ou mais normas prescritivas para uma mesma língua histórica. A norma do PB, neste modelo, ainda revela um carácter

acentuadamente descritivo, mas está muito perto de alcançar este grau máximo de consolidação do processo de normatização, sob forma de “padronização” de uma nova variedade da língua portuguesa e, atendendo ao prestígio e poder económico e político do Brasil e ao número bastante superior de falantes em relação a Portugal, é previsível que esse processo se consolidará. Assim, no caso do Brasil e de Portugal, temos, indubitavelmente, dois sistemas próprios da língua portuguesa. Passemos agora à discussão do caso de África, onde temos, sobretudo, crioulos de base portuguesa, para os quais o português constitui a base lexical, distinguindo-se as suas características morfossintáticas e fonológicas do português (ver Pereira, 2006, pp. 47-54), pelo que não podemos falar de pluricentrismo. Também o processo de formação das línguas crioulas é bastante diferente. É o caso do Barlavento e do Sotavento em Cabo Verde, do Crioulo Guineense, bem como do Sãotomense e do Principense, em São Tomé e Príncipe (Pereira, 2006, p. 67). Nestes países, o crioulo é, frequentemente, a língua oficial ou, pelo menos, reconhecido como uma das línguas oficiais e o português é apenas L1 para um grupo muito restrito de falantes. Em Angola e Moçambique, por seu turno, não existem crioulos (comp. Pereira, 2006, pp. 68-69). Assim, segundo Pereira (2006), não foi fácil o português impor-se em territórios tão extensos como Angola e Moçambique e o facto de a comunicação no quotidiano ser feita na língua materna (línguas maioritariamente bantas, em ambos os casos) não propiciou o processo de pidginização e o subsequente processo de crioulição. Deste modo, a utilização do português nestes dois países ficou limitada a situações pontuais de comunicação com portugueses, em número bastante inferior do que os falantes das línguas africanas de implementação secular e que se caracterizavam por uma reduzida mobilidade e um acentuado isolamento dos grupos, uns em relação aos outros (Pereira, 2006, p. 68). A importância do Português apenas aumentou na segunda metade do século XX, associada ao desejo de ascensão social e melhoria da qualidade de vida, possibilidades de que a população local começou apenas a usufruir com a independência na década de 70. Atendendo à cronologia relativa do início de um possível processo de “re-padronização” do português nestes países, importa atender que, a verificar-se um tal processo, este ainda se encontra numa etapa bastante mais inicial do que no caso do Brasil. São, aliás, estas diversas etapas que explicam o carácter polifacetado do conceito de pluricentrismo (Pöll, 2012, p. 40), que se aplica em diversos níveis e para constelações bastante divergentes nas suas características, se, por exemplo, compararmos o português, o francês e o espanhol (cf. Oesterreicher, 2000).

### **3. Existência ou não de uma norma padrão do Português Angolano (PA) e de uma norma padrão do Português Moçambicano (PM)**

Observando obras literárias, textos de jornal ou textos de carácter oficial e jurídico angolanos e moçambicanos constatamos que, a suposição de Baxter (1992, p. 14) e de Azevedo (2005, p. 21), de que o português nos respetivos países se orienta pela norma padrão do PE, se comprova no domínio da ortografia, mas não traduz, de modo algum, a realidade linguística no campo da fonética e fonologia, da morfossintaxe e da sintaxe, bem como do léxico, o que obviamente traz consigo implicações pragmático-discursivas. Deste modo, esta avaliação do PM e do PA revela traços marcadamente colonialistas e eurocentristas, sobretudo se tivermos em conta a distância geográfica e a independência económico-política após a Revolução dos Cravos (1975). Além disso, despreza um fator crucial: a crescente “nativização” do português nos respetivos territórios e a crescente importância da língua no domínio público, sobretudo nos grandes centros urbanos.

O espaço comunicativo de ambos os países encontra-se fortemente influenciado pelas línguas bantas (cf. Marques, 2005, pp. 608-609 e Firmino, 2005, p. 612), o que explica algumas semelhanças (cf. Endruschat, 1997, p. 406), embora o PM e o PA também revelem

traços distintos. Para uma padronização da língua portuguesa em Angola contribuíram fatores de natureza extralinguística diversa, tais como, a Guerra Civil, que durou 30 anos e que levou a que um quarto da população se refugiasse nos arredores de Luanda. Oriundos de todo o país e membros de grupos étnicos distintos, o português ganhou importância como *língua franca* e, hoje em dia, é um elemento da expressão de uma identidade coletiva comum e cerca de um terço da população fala português como L1, segundo um discurso de José Eduardo dos Santos em 2006, que demonstra que começa a emergir um interesse político pela questão da língua (Castro, 2006, p. 33). Deste modo, com um número crescente de falantes nativos do português em Angola e com uma nova geração de professores, que cresceram a falar a norma culta angolana é de esperar uma consolidação das particularidades da norma culta falada na língua escrita, em todas as tradições discursivas. Obviamente, o avanço do português não invalida tratar-se maioritariamente de uma sociedade bilingue, com um terço da população a falar quimbundo e umbundo (Marques, 2005, p. 609).

Podemos, deste modo, apontar as seguintes tendências e particularidades da norma culta angolana, que começam a ter entrada na imprensa, nos discursos políticos, na literatura em língua portuguesa e no discurso jurídico-administrativo escrito, conforme constata Endruschat (1997, p. 392), mediante um trabalho de base empírica. Possíveis elementos que poderão vir a integrar a norma, a verificar-se o processo de padronização do PA, dada a difusão na variedade falada culta e o seu aparecimento em textos escritos do domínio da máxima distância comunicativa e altamente formais<sup>1082</sup>:

- 1) Domínio fonético-fonológico: Dissolução de *clusters* consonânticos mediante aféreses e epênteses (ex.: *escola* - [si'kola], com abertura do <a> final); anulação da oposição entre a vibrante simples e a vibrante múltipla (ex.: PE *carro* /r/ e *caro* /r̃/ > PA /'kaRu/) e monotongação de ditongos decrescentes (ex.: *Janeiro* /zaneRu/);
- 2) Nível lexical: Empréstimos das línguas bantas (ex. do quimbundo *kubaza* 'fugir' > *bazar* 'fugir' ou *ka-dienge* 'gato' > *cariengue* 'trabalhador ilegal ou clandestino' e que, pelos mecanismos de derivação próprios do português, originou *carienguista* 'pessoa que trabalha clandestinamente');
- 3) Substituição da preposição *a* por *em* nas perífrases verbais *comprometer-se a* e *convencer a* (ex.: *comprometer-se em fazer algo*);
- 4) Utilização da forma clítica de objeto indireto do pronome pessoal para expressar o complemento direto (ex.: "*Gostaria de informar-lhe o seguinte...*"; exemplo retirado de carta diplomática, citada segundo Endruschat, 1997, p. 409), ou da forma nominativa do pronome (ex.: "*Deixa ele falar*", em: Inverno, 2009, p. 101);
- 5) Tendência para a utilização preferencial da próclise (cf. Inverno, 2009, pp. 101-102).
- 6) Transitivização de verbos que no PE exigem um argumento preposicional: ex.: "[...] *todas as pequenas gostavam Ø lhe gozar [...]*" (in: Vieira, *Luanda*, p. 21 *apud* Endruschat, 1997, p. 407);
- 7) Ausência da marcação da congruência numeral dentro do sintagma nominal (ex.: "[...] *tendo conhecimento de algumas possíveis venda Ø de viatura Ø usadas [...]*"; retirado de uma carta comercial, citado segundo Endruschat, 1997, p. 407) e elisão dos artigos definidos (ex.: "*de acordo com o desejo de ambas Ø partes [...]*", extraído de carta diplomática, citada segundo Endruschat, 1997, p. 407), por influência do contato com as línguas bantas que não têm artigos, preposições, nem conjunções, marcando as formas plurais com sufixos.

<sup>1082</sup> Os dados são o resultado de pequenos estudos empíricos próprios com vídeos no YouTube (cerca de 60 minutos de material), contemplando discursos em contextos de diferentes níveis de formalidade e obras literárias, bem como os trabalhos de Endruschat (1997), Inverno (2009) e Mingas (2000).

Em Moçambique, o português é a língua materna de um grupo bastante menor da população. No censo de 1997, apenas 6% da população indicaram o português como L1, enquanto 39% da população afirmavam não possuir quaisquer conhecimentos de português (Firmino, 2005, p. 613). Contudo, este número já corresponde a um aumento significativo em relação ao censo de 1975, segundo o qual apenas 1% da população tinha o português como L1 (Castro, 2006, p. 34), havendo uma tendência crescente por parte da população jovem para adotar o português como L1 (Gonçalves, 2005, p. 187). Além disso, o português funciona como língua franca utilizada na distância comunicativa, dada a restrição regional das línguas autóctones. O PM começa a libertar-se da conotação negativa de ‘língua colonial’, tornando-se um elemento de identidade nacional. Deste modo, de entre as particularidades do PM, as seguintes podem ser observadas na comunicação formal escrita<sup>1083</sup>:

- 1) No domínio lexical: Neologismos por meio de derivação, seguindo o padrão derivacional do português (exs.: *depressar* ‘ir depressa’; *inesquecer* ‘ato de ser impossível de esquecer’ ou *bichar* ‘fazer bicha’), alargamento semântico de palavras (ex.: *chapa* ‘meio de transporte’), empréstimos do banto (ex.: *magumba* ‘peixe com muitas espinhas’) e alteração das solidariedades lexicais (exs.: *comer dinheiro* ‘gastar dinheiro’ e *acabar um mês* ‘ficar um mês’ ou ‘demorar um mês’) (cf. Tamele, 2011, p. 404);
- 2) No domínio fonético-fonológico: Troca entre consoantes vibrantes simples e múltiplas (ex.: *areia* [ɐˈɾɛjɐ]) e tendência para a formação de sílabas equilibradas com estrutura arquétipo CV-CV-CV (ex.: *ritmo* [ˈritimu]) (Tamele, 2011, pp. 403-404);
- 3) No domínio morfossintático: Transitivização de verbos que regem argumentos preposicionados, com função sintática de oblíquo (ex.: *muitas pessoas protestaram Ø a iniciativa*), com a possibilidade de passivização do respetivo argumento, passando este a desempenhar a função de agente da passiva (ex.: *a iniciativa foi protestada*), e com a função de complemento indireto (ex.: *dar alguém Ø alguma coisa*) (Gonçalves, 2005, p. 191; Tamele, 2011, p. 404). Além disso, é de destacar a utilização do pronome dativo na posição de objeto direto (ex.: *Não lhe vi desde ontem*; Couto, 2002, p. 59) e a utilização do infinitivo flexionado, em contextos que em PE exigem o infinitivo impessoal (ex.: *propomos falarmos com ele*; Gonçalves, 2005, p. 192). Para finalizar importa ainda realçar a generalização da utilização da preposição *a* para introduzir complementos com o traço [+HUM] (ex.: *A filha do imperador amou ao Manuel*; Gonçalves, 1996, p. 315) e a tendência a reger pelas preposições *de* e *para* complementos oracionais completivos, que no PE não requerem preposição (ex. “*Vimos por este meio avisar a todas as entidades para não transaccionarem o cheque 3571090.*” ou “*A pessoa nem imagina de que está numa ilha.*”; Gonçalves, 1996, p. 319).
- 4) No domínio sintático: Preferência pela próclise (ex.: “*Me conte, meu marido [...]*”; Couto, 2006, p. 19), sobretudo em orações subordinadas, e preferência nas orações relativas pela estrutura resumptiva (ex.: *o professor Ø que me refiro*) ou cortadora (ex.: *a pessoa Ø que viajei com ela*) (Gonçalves, 2005, pp. 191-192).

<sup>1083</sup> Os fenómenos aqui apresentados são os resultados de um estudo empírico do autor focando a obra de Mia Couto, em curso, de um pequeno estudo empírico com material do YouTube, com cerca de 35 minutos de duração, material abrangendo exclusivamente discursos falados do domínio da distância comunicativa, do ponto de vista concepcional, e dos estudos empíricos levados a cabo por Gonçalves (1996; 2005) e do trabalho de Tamele (2011).

Em contraste com Angola, em Moçambique, praticamente não existem tomadas de posição oficiais em matéria de padronização<sup>1084</sup>, embora haja uma vontade coletiva de adaptar o português à realidade quotidiana moçambicana e de padronizar a língua com flexibilidade e abertura para inovações (Gonçalves, 2005, pp. 187-188).

Tanto em Angola como em Moçambique, os jornais e a escola têm, e terão, um papel decisivo no processo de padronização de uma norma angolana, uma vez que atingem massas mais largas da população do que a televisão local (cf. Arden & Meisnitzer, 2013, pp. 38-43). Os fenómenos linguísticos que integram a “norma de utilização” dos discursos de elevado grau de formalidade, ainda estão longe de revelar a estabilidade variacional observada no caso do Brasil. Trata-se portanto de sistemas em vias de consolidação, sendo todavia pertinente observar fenómenos linguísticos descritivamente e sem proceder a uma avaliação destes com o PE como norma de orientação.

#### **4. Conclusão: O rumo da língua portuguesa em África**

Estudando o caso do português em Angola e em Moçambique, constatamos a formação de uma variedade falada culta, que começa a repercutir-se nas tradições discursivas, caracterizadas por um elevado grau de elaboração formal, quer da língua falada, quer da língua escrita. Semelhanças entre o PM e o PA podem explicar-se pelo contato, em ambos os casos, com as línguas bantas. Podemos daqui depreender que, ambos os países africanos, estão a desenvolver uma “norma de utilização linguística” própria, pelo que podemos caracterizar a realidade linguística em ambos os países, como estando a viver um processo de “padronização” do português, processo este que, no caso do Brasil, já se encontra quase consolidado. O pluricentrismo deve ser entendido como um processo de formação de um novo sistema dentro de uma língua histórica, neste caso o português, deixando antigas colónias de reger-se pela norma exógena europeia, consolidando a sua própria norma endógena. O resultado são dois ou mais sistemas com os seus centros normativos, os seus diassistemas próprios, aos quais servem de referência e os seus instrumentos codificadores, tratando-se de sistemas bastante ou totalmente independentes uns dos outros, quando devidamente consolidados.

Deste modo, o português em Angola e em Moçambique desempenha a função de língua franca em sociedades multilingues e, face à sua crescente importância na vida social, política e económica, e tendo em conta a emancipação económica das respetivas nações, nas quais a política se começa a interessar por questões linguísticas e os autores nacionais se começam a interessar por uma identidade nacional linguística (p. ex. Mia Couto e José Eduardo Agualusa), é de esperar que a atual controvérsia entre a norma endógena e a norma exógena seja decidida a favor dos defensores de uma norma endógena. Para tal contribuirá também a crescente “nativização” do português como L1 e o número crescente de professores, que nunca tiveram um contato ‘real’ com o PE.

Do ponto de vista científico, seria desejável levar a cabo estudos linguísticos de base empírica, detalhados, para caracterizar os fenómenos aqui descritos e acrescentar aspetos por ‘descobrir’ ou melhor por ‘descrever’ à presente lista, que se quer ver entendida como um ponto de partida numa “recategorização” do ‘português em África’.

#### **Referências Bibliográficas**

ARDEN, Mathias & Meisnitzer, Benjamin. Plurizentrik und massenmediale Normen: Der Fall des Portugiesischen. In: Merlan, Aurelia & Schmidt-Radefeldt, Jürgen (eds.). *Das*

<sup>1084</sup> Contudo em 1983 foi editado um documento governamental que defende a “moçambicanização” da língua falada, nos domínios da estrutura, do léxico, da pronúncia, do ritmo e da musicalidade (Tamele, 2011, p. 405).

*Portugiesische als Diasystem innerhalb und außerhalb des lusophonen Raums.* Berlin: Lang, 2013. 19-52.

AZEVEDO, Milton M.: *Portuguese: a linguistic introduction*, Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BAXTER, Alan. Portuguese as a pluricentric language. In: Clyne, Michael (ed.). *Pluricentric Languages. Differing Norms in Different Nations*. Berlin, New York: de Gruyter, 1992. 11-43.

BIERBACH, Mechthild. Spanisch – Ein plurizentrische Sprache?. In: *Vox Romanica* 59, 2000. 143-170.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*, São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de & Elias, Vanda Maria. *Pequena Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRO, Ivo. *Introdução à História do Português*. Lisboa: Colibri, <sup>2</sup>2006.

CLYNE, Michael. Pluricentric Languages – Introduction. In: Clyne, Michael (ed.). *Pluricentric Languages. Differing Norms in Different Nations*. Berlin, New York: de Gruyter, 1992. 1-9.

COUTO, Mia. A bênção. In: Couto, Mia (ed.): *Na Berma de Nenhuma Estrada. E outros contos*. Lisboa: Caminho, <sup>4</sup>2002. 55-61.

COUTO, Mia. *O Outro Pé da Sereia*. Lisboa: Caminho, 2006.

ENDRUSCHAT, Annette. Die portugiesische Sprache in Afrika. In: Briesemeister, Dietrich & Schönberger, Axel (eds.). *Portugal heute: Politik, Wirtschaft, Kultur*. Frankfurt am Main: Vervuert, 1997. 391-418.

FIRMINO, Gregório. Línguas de Moçambique. In: Cristóvão, Fernando & Amorim, Maria Adelina *et al.* (eds.). *Dicionário temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto, 2005. 611-614.

FREITAS, Tiago & Ramilo, Maria Celeste & Arim, Eva. O Português Europeu e os meios de comunicação. In: Mira Mateus, Maria Helena & Nascimento, Fernanda Bacelar do (eds.): *A Língua Portuguesa em Mudança*. Lisboa: Caminho, 2005. 33-36.

GONÇALVES, Perpétua. Aspectos da Sintaxe do Português de Moçambique. In: Faria, Isabel Hub & Pedro, Emília Ribeiro *et al.* (eds.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996. 313-322.

GONÇALVES, Perpétua. O português de Moçambique: problemas e limites da padronização de uma variedade não-nativa. In: Sinner, Carsten (ed.). *Norm und Normenkonflikt in der Romania*. München: Peniopo, 2005. 184-196.

INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In: Carvalho, Ana (ed.). *Português em Contato*. Madrid: Iberoamericana, 2009. 87-106.

KACHRU, Braj. *The alchemy of English: the spread, functions and models of non-native Englishes*. Oxford: Pergamon, 1986.

KOCH, Peter. Lexikalische Restandardisierung im Französischen. In: Busse, Winfried & Schmidt-Radefeldt, Jürgen (eds.). *Rumänisch und Romanisch, Festschrift zum 60. Geburtstag von Rudolf Windisch*. Rostock: Universität Rostock, Philosophische Fakultät, 2003 (Rostocker Beiträge zur Sprachwissenschaft, 13). 207-235.

KOCH, Peter & Oesterreicher, Wulf. *Lengua hablada en la Romania: Español, Francés, Italiano*. Madrid: Gredos, 2007 (Estudios y Ensayos; 448).

MARQUES, Irene Guerra. „Línguas de Angola”, in: Cristóvão, Fernando & Amorim, Maria Adelina et al. (eds.): *Dicionário temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto, 2005. 608-609.

MATEUS, Maria Helena Mira & Cardeira, Esperança. *O Essencial sobre Língua Portuguesa. Norma e Variação*. Lisboa: Caminho, 2007.

MINGAS, Amélia. *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Luanda*. Luanda, Caxinde: Editora e Livraria, 2000.

OESTERREICHER, Wulf. Plurizentrische Sprachkultur – der Varietätenraum des Spanischen. In: *Romanistisches Jahrbuch* 51, 2000. 281-311.

PEREIRA, Dulce. *O Essencial sobre Crioulos de Base Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2006.

PÖLL, Bernhard. Situaciones pluricéntricas en comparación: El español frente a otras lenguas pluricéntricas. In: Lebsanft, Franz & Mihatsch, Wiltrud et al. (eds.): *El español ¿desde las variedades a la lengua pluricéntrica?* Frankfurt am Main: Vervuert/ Iberoamericana, 2012. 29-45.

TAMELE, Sandra Marília (2011): Português moçambicano: O difícil caminho para a padronização. In: Arden, Mathias & Märzhäuser, Christina & Meisnitzer, Benjamin (eds.): *Linguística do Português: Rumos e Pontes*. München: Meidenbauer (=Sprache, Kultur, Gesellschaft; 8). 399-408.